

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	19
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.690.985
Preferenciais	0
Total	1.690.985
Em Tesouraria	
Ordinárias	11.669
Preferenciais	0
Total	11.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	112.916.316	108.518.379
1.01	Ativo Circulante	23.386.758	18.827.625
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.285.860	5.517.354
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	77.628	190.238
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	8.208.232	5.327.116
1.01.02	Aplicações Financeiras	39.864	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	39.864	0
1.01.03	Contas a Receber	7.946.537	8.174.784
1.01.04	Estoques	588.117	626.836
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.391.468	3.019.638
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.391.468	3.019.638
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	453.784	514.582
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	3.937.684	2.505.056
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.236.919	858.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	897.993	630.756
1.01.08.03	Outros	897.993	630.756
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	263.009	70.575
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.294	5.902
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	130.331	176.242
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	178.199	44.369
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	95.526	82.935
1.01.08.03.06	Outros Ativos	221.634	250.733
1.02	Ativo Não Circulante	89.529.558	89.690.754
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.999.662	4.300.633
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	40.147	46.051
1.02.01.04	Contas a Receber	444.663	379.898
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	356.186	194.468
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	313.888	258
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.844.778	3.679.958
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	1.061.782	824.322
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.575.246	2.608.380
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	47.169	63.514
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	10.455	82.074
1.02.01.10.07	Outros Ativos	150.126	101.668
1.02.02	Investimentos	659.327	478.552
1.02.02.01	Participações Societárias	659.327	478.552
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	298.908	334.119
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	359.960	143.655
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	459	778
1.02.03	Imobilizado	44.061.273	44.335.795
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.056.012	31.272.152
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.692.271	10.686.465
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.312.990	2.377.178
1.02.04	Intangível	39.809.296	40.575.774

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	112.916.316	108.518.379
2.01	Passivo Circulante	22.137.028	17.828.902
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.020.476	737.354
2.01.01.01	Obrigações Sociais	573.697	331.952
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	446.779	405.402
2.01.02	Fornecedores	7.420.589	6.636.448
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.666.041	1.590.784
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.724.800	974.446
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.724.800	974.446
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	907.335	582.547
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	33.906	33.791
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.408.934	3.680.828
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	365.509	375.761
2.01.04.02	Debêntures	1.008.067	1.044.668
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.035.358	2.260.399
2.01.05	Outras Obrigações	5.960.595	4.770.743
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	119.790	20.747
2.01.05.02	Outros	5.840.805	4.749.996
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.858.495	3.865.998
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.321	8.864
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	610.132	506.778
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	22.155	22.155
2.01.05.02.07	Outros Passivos	348.702	346.201
2.01.06	Provisões	660.393	412.745
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	660.393	412.694
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	513	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	213.605	173.190
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	246.744	179.449
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	199.531	60.055
2.01.06.02	Outras Provisões	0	51
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	0	51
2.02	Passivo Não Circulante	21.428.809	21.132.713
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.296.073	9.555.003
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17	51
2.02.01.02	Debêntures	0	999.908
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.296.056	8.555.044
2.02.02	Outras Obrigações	1.976.129	1.849.339
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	992	971
2.02.02.02	Outros	1.975.137	1.848.368
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	67.773	66.116
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	290.098	270.692
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14.392	3.675
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	981.006	926.707
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	97.093	96.252
2.02.02.02.08	Outros Passivos	524.775	484.926

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.03	Tributos Diferidos	5.302.569	4.414.540
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.302.569	4.414.540
2.02.04	Provisões	5.643.931	5.074.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.777.918	3.843.535
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.064.626	1.711.591
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	295.245	299.990
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	650.727	684.678
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.767.320	1.147.276
2.02.04.02	Outras Provisões	866.013	1.231.009
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	377.722	407.764
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	488.291	823.245
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	210.107	239.287
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	210.107	239.287
2.03	Patrimônio Líquido	69.350.479	69.556.764
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	832.082	1.182.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-493.441	-110.541
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.262.449	1.229.730
2.03.04	Reservas de Lucros	3.187.982	4.737.197
2.03.04.01	Reserva Legal	3.073.334	3.073.334
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	114.648	76.345
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.587.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.691.190	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	67.809	65.888

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.943.415	32.296.982	10.649.812	31.506.160
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.148.856	-17.980.615	-5.826.682	-16.643.196
3.03	Resultado Bruto	4.794.559	14.316.367	4.823.130	14.862.964
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.904.647	-9.118.559	-3.311.569	-10.317.671
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.894.536	-8.794.381	-2.924.938	-8.973.376
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-633.066	-1.870.879	-588.499	-1.826.209
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	776.340	2.849.041	368.412	999.588
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-293.683	-1.459.597	-225.960	-660.091
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	140.298	157.257	59.416	142.417
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.889.912	5.197.808	1.511.561	4.545.293
3.06	Resultado Financeiro	-257.648	-729.574	-18.536	-289.813
3.06.01	Receitas Financeiras	232.450	1.046.347	432.955	1.136.142
3.06.02	Despesas Financeiras	-490.098	-1.775.921	-451.491	-1.425.955
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.632.264	4.468.234	1.493.025	4.255.480
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-314.495	-863.385	-281.538	-777.743
3.08.01	Corrente	27.983	27.148	-455	-4.322
3.08.02	Diferido	-342.478	-890.533	-281.083	-773.421
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.317.769	3.604.849	1.211.487	3.477.737
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.317.769	3.604.849	1.211.487	3.477.737
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,78345	2,13955	0,67281	1,9314
3.99.01.02	PN	0	0	0,7401	2,12454
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,78345	2,13955	0,67281	1,9314
3.99.02.02	PN	0	0	0,7401	2,12454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	1.317.769	3.604.849	1.211.487	3.477.737
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.275	1.921	8.186	44.095
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	11.978	5.825	-2.969	0
4.02.02	Tributos	-4.073	-1.981	1.009	0
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	7.465	-1.713	9.982	43.880
4.02.04	Ganhos (Perdas) não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	-144	-318	249	326
4.02.05	Tributos	49	108	-85	-111
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.333.044	3.606.770	1.219.673	3.521.832

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.900.348	14.826.385
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.327.202	15.183.393
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	4.468.234	4.255.480
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	8.963.727	8.300.694
6.01.01.03	Variações Cambiais de Instrumentos Financeiros Derivativos	18.147	19.163
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	704.299	388.645
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-157.257	-142.417
6.01.01.06	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-436.955	-141.305
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	1.103.742	1.349.588
6.01.01.08	Mudanças em Provisões Passivas	399.229	333.069
6.01.01.09	Provisões (Baixas e Reversões) de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	42.581	-149.763
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	45.818	48.493
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	935.010	564.930
6.01.01.12	Despesas com Juros de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	625.574	402.054
6.01.01.13	Baixa em Investimentos	-358.439	0
6.01.01.14	Outros	-26.508	-45.238
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.426.854	-357.008
6.01.02.01	Contas a Receber	-888.130	-981.226
6.01.02.02	Estoques	-3.863	207.075
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-2.146.125	-644.806
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-370.367	-25.837
6.01.02.05	Outros Ativos	-17.554	-126.962
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	293.839	260.605
6.01.02.07	Fornecedores	780.985	80.564
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	1.267.756	1.883.917
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-839.652	-654.895
6.01.02.10	Outros Passivos	179.078	215.062
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	-616.240	-570.299
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-66.581	-206
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.747.601	-4.365.449
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-6.552.779	-5.783.599
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	495.922	672.706
6.02.03	Pagamento por Aporte de Capital em Controladora	-38.015	-2.000
6.02.04	Caixa Recebido na Venda de Investimentos	244.120	0
6.02.05	Resgate de Depósitos Judiciais	111.351	747.444
6.02.07	Concessões de Empréstimos a Controladora	-8.200	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.384.241	-5.737.290
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	-2.804.501	-2.630.839
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	34.620	70.994
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-45.572	-57.295

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-2.185.888	-3.120.150
6.03.05	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	-382.900	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.768.506	4.723.646
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.517.354	3.106.269
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.285.860	7.829.915

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-350.181	-1.587.518	-1.875.356	0	-3.813.055
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.930.000	0	-1.930.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2020	0	0	-1.587.518	0	0	-1.587.518
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	54.644	0	54.644
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-382.900	0	0	0	-382.900
5.04.11	Transações de Capital	0	-16	0	0	0	-16
5.04.13	Efeitos da alienação do investimento na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil Ltda	0	31.365	0	0	0	31.365
5.04.14	Efeitos de equivalência patrimonial em controladas	0	1.370	0	0	0	1.370
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.604.849	1.921	3.606.770
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.604.849	0	3.604.849
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.921	1.921
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	38.303	-38.303	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	38.303	-38.303	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	832.082	3.187.982	1.691.190	67.809	69.350.479

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4	-2.195.575	-1.934.538	0	-4.130.117
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.970.000	0	-1.970.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2019	0	0	-2.195.575	0	0	-2.195.575
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	35.462	0	35.462
5.04.12	Outros Movimentos	0	-4	0	0	0	-4
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.477.737	44.095	3.521.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.477.737	0	3.477.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.095	44.095
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.055	-14.055	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	14.055	-14.055	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.165.459	3.506.442	1.529.144	74.832	69.847.293

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	43.790.520	41.299.779
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	41.973.923	41.095.433
7.01.02	Outras Receitas	2.920.339	1.553.934
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.103.742	-1.349.588
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.951.472	-14.352.646
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.546.801	-8.797.173
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.283.912	-5.834.531
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	879.241	279.058
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.839.048	26.947.133
7.04	Retenções	-8.963.727	-8.300.694
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.963.727	-8.300.694
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	18.875.321	18.646.439
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.203.604	1.278.559
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	157.257	142.417
7.06.02	Receitas Financeiras	1.046.347	1.136.142
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.078.925	19.924.998
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.078.925	19.924.998
7.08.01	Pessoal	3.504.905	3.217.281
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.391.242	2.150.793
7.08.01.02	Benefícios	961.050	930.055
7.08.01.03	F.G.T.S.	152.613	136.433
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.363.960	10.808.250
7.08.02.01	Federais	3.594.650	3.522.505
7.08.02.02	Estaduais	6.577.185	7.116.266
7.08.02.03	Municipais	192.125	169.479
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.605.211	2.421.730
7.08.03.01	Juros	1.726.739	1.388.178
7.08.03.02	Aluguéis	878.472	1.033.552
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.604.849	3.477.737
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.930.000	1.970.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.674.849	1.507.737

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	113.252.552	108.738.378
1.01	Ativo Circulante	23.710.223	19.060.868
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.687.948	5.762.081
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	80.827	191.975
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	8.607.121	5.570.106
1.01.02	Aplicações Financeiras	39.864	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	39.864	0
1.01.03	Contas a Receber	7.971.922	8.182.667
1.01.04	Estoques	595.301	633.100
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.409.720	3.031.570
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.409.720	3.031.570
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	464.411	519.277
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	3.945.309	2.512.293
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.239.592	859.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	765.876	591.684
1.01.08.03	Outros	765.876	591.684
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	297.820	72.379
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.294	5.902
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	131.372	177.433
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	95.526	82.935
1.01.08.03.06	Outros Ativos	231.864	253.035
1.02	Ativo Não Circulante	89.542.329	89.677.510
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.294.079	4.598.367
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	40.341	46.280
1.02.01.04	Contas a Receber	444.663	379.898
1.02.01.07	Tributos Diferidos	127.695	138.641
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	127.695	138.641
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	356.190	194.511
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	319.452	456
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.005.738	3.838.581
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	1.061.785	824.324
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.736.150	2.766.945
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	47.169	63.514
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	10.508	82.127
1.02.01.10.07	Outros Ativos	150.126	101.671
1.02.02	Investimentos	360.419	144.433
1.02.02.01	Participações Societárias	360.419	144.433
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	359.960	143.655
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	459	778
1.02.03	Imobilizado	44.072.565	44.352.593
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	32.063.973	31.283.643
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.695.273	10.690.809
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.313.319	2.378.141
1.02.04	Intangível	39.815.266	40.582.117

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	113.252.552	108.738.378
2.01	Passivo Circulante	22.250.485	17.875.084
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.062.693	764.329
2.01.01.01	Obrigações Sociais	604.515	350.138
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	458.178	414.191
2.01.02	Fornecedores	7.445.748	6.613.004
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.691.762	1.609.127
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.744.195	987.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.856	1.693
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.742.339	985.400
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	908.079	583.268
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	39.488	38.766
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.410.319	3.682.472
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	365.509	375.761
2.01.04.02	Debêntures	1.008.067	1.044.668
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.036.743	2.262.043
2.01.05	Outras Obrigações	5.976.765	4.788.499
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	127.568	33.244
2.01.05.02	Outros	5.849.197	4.755.255
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.858.495	3.865.998
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.321	8.864
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	610.856	506.806
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	22.155	22.155
2.01.05.02.07	Outros Passivos	356.370	351.432
2.01.06	Provisões	663.198	417.653
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	663.198	417.602
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	513	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	214.497	176.582
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	248.657	180.965
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	199.531	60.055
2.01.06.02	Outras Provisões	0	51
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	0	51
2.02	Passivo Não Circulante	21.606.705	21.306.530
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.297.244	9.556.694
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17	51
2.02.01.02	Debêntures	0	999.908
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.297.227	8.556.735
2.02.02	Outras Obrigações	2.033.885	1.903.380
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	599	587
2.02.02.02	Outros	2.033.286	1.902.793
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	67.773	66.116
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	340.990	319.358
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14.397	3.679
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	988.223	932.426
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	97.093	96.252

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.08	Outros Passivos	524.810	484.962
2.02.03	Tributos Diferidos	5.302.569	4.414.540
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.302.569	4.414.540
2.02.04	Provisões	5.762.868	5.192.478
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.896.855	3.960.642
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.153.391	1.799.252
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	317.553	323.128
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	658.591	690.986
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.767.320	1.147.276
2.02.04.02	Outras Provisões	866.013	1.231.836
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	377.722	408.591
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	488.291	823.245
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	210.139	239.438
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	210.139	239.438
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	69.395.362	69.556.764
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	832.082	1.182.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-493.441	-110.541
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.262.449	1.229.730
2.03.04	Reservas de Lucros	3.187.982	4.737.197
2.03.04.01	Reserva Legal	3.073.334	3.073.334
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	114.648	76.345
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.587.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.691.190	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	67.809	65.888
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	44.883	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.033.251	32.531.671	10.791.538	31.933.652
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.189.521	-18.094.587	-5.858.242	-16.751.721
3.03	Resultado Bruto	4.843.730	14.437.084	4.933.296	15.181.931
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.945.886	-9.210.727	-3.394.738	-10.554.182
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.895.940	-8.808.306	-2.931.882	-8.996.320
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-648.466	-1.906.923	-597.666	-1.859.436
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	778.759	2.851.077	369.144	1.001.912
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-301.234	-1.470.501	-234.057	-701.391
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	120.995	123.926	-277	1.053
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.897.844	5.226.357	1.538.558	4.627.749
3.06	Resultado Financeiro	-254.391	-726.317	-16.510	-285.869
3.06.01	Receitas Financeiras	239.684	1.059.258	437.342	1.153.862
3.06.02	Despesas Financeiras	-494.075	-1.785.575	-453.852	-1.439.731
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.643.453	4.500.040	1.522.048	4.341.880
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-328.754	-898.261	-310.561	-864.143
3.08.01	Corrente	19.400	2.297	-17.590	-64.189
3.08.02	Diferido	-348.154	-900.558	-292.971	-799.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.314.699	3.601.779	1.211.487	3.477.737
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.314.699	3.601.779	1.211.487	3.477.737
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.317.769	3.604.849	1.211.487	3.477.737
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.070	-3.070	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.314.699	3.601.779	1.211.487	3.477.737
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.275	1.921	8.186	44.095
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	11.978	5.825	-2.969	0
4.02.02	Tributos	-4.073	-1.981	1.009	0
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	7.465	-1.713	9.982	43.880
4.02.04	Ganhos (Perdas) não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	-144	-318	249	326
4.02.05	Tributos	49	108	-85	-111
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.329.974	3.603.700	1.219.673	3.521.832
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.333.044	3.606.770	1.219.673	3.521.832
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3.070	-3.070	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.987.212	15.064.610
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.421.859	15.415.957
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	4.500.040	4.341.880
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	8.972.079	8.305.149
6.01.01.03	Variações Cambiais de Instrumentos Financeiros Derivativos	18.147	19.163
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	705.530	390.000
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-123.926	-1.053
6.01.01.06	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-438.485	-141.305
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	1.113.326	1.360.741
6.01.01.08	Mudanças em Provisões Passivas	408.515	324.284
6.01.01.09	Provisões (Baixas e Reversões) de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	42.798	-148.044
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	47.316	49.475
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	936.436	558.801
6.01.01.12	Despesas com Juros de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	625.858	402.104
6.01.01.13	Baixas em Investimentos	-358.439	0
6.01.01.14	Outros	-27.336	-45.238
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.434.647	-351.347
6.01.02.01	Contas a Receber	-915.217	-958.185
6.01.02.02	Estoques	-4.998	205.305
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-2.147.755	-646.413
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-371.491	-25.962
6.01.02.05	Outros Ativos	-24.273	-87.588
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	309.082	266.972
6.01.02.07	Fornecedores	823.997	82.203
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	1.276.010	1.886.397
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-846.952	-662.646
6.01.02.10	Outros Passivos	178.277	217.067
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	-616.552	-570.350
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-94.775	-58.147
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.701.164	-4.363.968
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-6.555.835	-5.785.101
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	497.948	672.706
6.02.04	Caixa Recebido na Venda de Investimentos	244.120	0
6.02.05	Resgate de Depósitos Judiciais	112.603	748.427
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.360.181	-5.737.764
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	-2.805.441	-2.631.313
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	34.620	70.994
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-45.572	-57.295
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-2.185.888	-3.120.150

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.05	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	-382.900	0
6.03.06	Recebimento de Recursos para Aumento de Capital em Controladas por Outros Acionistas	25.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.925.867	4.962.878
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.762.081	3.393.377
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.687.948	8.356.255

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-350.181	-1.587.518	-1.875.356	0	-3.813.055	47.953	-3.765.102
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.930.000	0	-1.930.000	0	-1.930.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2020	0	0	-1.587.518	0	0	-1.587.518	0	-1.587.518
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	54.644	0	54.644	0	54.644
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-382.900	0	0	0	-382.900	0	-382.900
5.04.11	Transações de Capital	0	-16	0	0	0	-16	0	-16
5.04.13	Efeitos da alienação do investimento na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil Ltda	0	31.365	0	0	0	31.365	47.675	79.040
5.04.14	Efeitos de equivalência patrimonial em controladas	0	1.370	0	0	0	1.370	278	1.648
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.604.849	1.921	3.606.770	-3.070	3.603.700
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.604.849	0	3.604.849	-3.070	3.601.779
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.921	1.921	0	1.921
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	38.303	-38.303	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	38.303	-38.303	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	63.571.416	832.082	3.187.982	1.691.190	67.809	69.350.479	44.883	69.395.362

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578	0	70.455.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578	0	70.455.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4	-2.195.575	-1.934.538	0	-4.130.117	0	-4.130.117
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.970.000	0	-1.970.000	0	-1.970.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2019	0	0	-2.195.575	0	0	-2.195.575	0	-2.195.575
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	35.462	0	35.462	0	35.462
5.04.12	Outros Movimentos	0	-4	0	0	0	-4	0	-4
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.477.737	44.095	3.521.832	0	3.521.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.477.737	0	3.477.737	0	3.477.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.095	44.095	0	44.095
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.055	-14.055	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	14.055	-14.055	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.165.459	3.506.442	1.529.144	74.832	69.847.293	0	69.847.293

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	44.062.133	41.741.568
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.251.871	41.588.083
7.01.02	Outras Receitas	2.923.588	1.514.226
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.113.326	-1.360.741
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.980.495	-14.441.753
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-10.569.246	-8.875.588
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.291.805	-5.843.503
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	880.556	277.338
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.081.638	27.299.815
7.04	Retenções	-8.972.079	-8.305.149
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.972.079	-8.305.149
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.109.559	18.994.666
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.183.184	1.154.915
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	123.926	1.053
7.06.02	Receitas Financeiras	1.059.258	1.153.862
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.292.743	20.149.581
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.292.743	20.149.581
7.08.01	Pessoal	3.601.649	3.287.385
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.456.504	2.198.771
7.08.01.02	Benefícios	987.038	947.627
7.08.01.03	F.G.T.S.	158.107	140.987
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.474.284	10.944.664
7.08.02.01	Federais	3.698.235	3.647.078
7.08.02.02	Estaduais	6.577.347	7.117.833
7.08.02.03	Municipais	198.702	179.753
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.615.031	2.439.795
7.08.03.01	Juros	1.735.434	1.401.022
7.08.03.02	Aluguéis	879.597	1.038.773
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.601.779	3.477.737
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.930.000	1.970.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.674.849	1.507.737
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3.070	0

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

DESEMPENHO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	3T21	3T20	Δ% YoY	9M21	9M20	Δ% YoY
RECEITA LÍQUIDA MÓVEL	7.391	7.163	3,2	21.529	20.852	3,2
Receita de Serviço Móvel	6.822	6.453	5,7	19.766	19.188	3,0
Pós-pago	5.550	5.173	7,3	16.049	15.598	2,9
Pré-pago	1.272	1.281	(0,7)	3.717	3.590	3,5
Receita de Aparelhos	570	710	(19,8)	1.763	1.664	6,0

A **Receita Líquida Móvel** cresceu 3,2% a/a no 3T21. O forte desempenho em receita de serviço móvel foi parcialmente compensado por uma menor receita de aparelhos em relação ao 3T20.

O crescimento da **Receita de Serviço Móvel**, de 5,7% a/a, foi o maior desde o 2T15. Esse crescimento foi impulsionado pela **Receita de Pós-pago**¹, que aumentou 7,3% em relação ao 3T20. No último trimestre, continuamos acelerando as migrações de pré-pago para controle e de controle para pós-pago puro. Além do crescimento da base de clientes, reajustamos no final de junho de 2021 os planos controle e uma parcela do pós-pago puro, o que gerou um efeito positivo nas receitas do 3T21. Fortalecendo nossa proposta de valor, lançamos os planos Vivo Selfie em parceria com a Amazon Prime e Globoplay nos últimos dois meses.

A **Receita de Pré-pago** ficou praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior, mesmo com o cenário econômico mais desafiador devido à alta da inflação e redução do valor do auxílio emergencial no período. A base de clientes pré-pago cresceu 4,3% nos últimos 12 meses e 83% dos clientes pré-pago estavam cadastrados na oferta Vivo Turbo em setembro/21 (+7,3 p.p. a/a), garantindo maior recorrência na recarga. Destaque para o aumento da representatividade das recargas feitas através de canais digitais, que representaram 37% do total de recarga, um aumento de +5,1 p.p. a/a.

No terceiro trimestre de 2020, tivemos um resultado com venda de aparelhos acima do normal para o período devido à demanda represada com o fechamento das lojas físicas no 2T20 em função da pandemia do Covid-19. Como consequência dessa base de comparação e da redução da oferta por parte dos fabricantes de aparelhos em função da escassez global de componentes eletrônicos, a **Receita de Aparelhos** reduziu 19,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Nos nove primeiros meses de 2021, a receita de aparelhos apresentou crescimento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

¹ Receita de pós-pago inclui M2M, placas, atacado e outros.

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO FIXO

DESEMPENHO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	3T21	3T20	Δ% YoY	9M21	9M20	Δ% YoY
RECEITA LÍQUIDA FIXA	3.642	3.628	0,4	11.003	11.082	(0,7)
Receita core fixa¹	2.496	2.174	14,8	7.375	6.350	16,1
FTTx	1.364	1.222	11,6	3.993	3.465	15,2
FTTH	1.137	828	37,2	3.209	2.164	48,3
IPTV	355	288	23,4	1.023	811	26,2
Dados Corporativos, TIC e outros	777	664	17,1	2.359	2.074	13,7
Receita não-core fixa²	1.145	1.455	(21,3)	3.628	4.732	(23,3)
Receita core fixa¹ / Receita Líquida Fixa	68,5%	59,9%	8,6 p.p.	67,0%	57,3%	9,7 p.p.
Receita não-core fixa² / Receita Líquida Fixa	31,5%	40,1%	(8,6) p.p.	33,0%	42,7%	(9,7) p.p.

O contínuo crescimento da **Receita Core Fixa²** (+14,8% a/a), que já representa 68,5% da receita líquida fixa, contribuiu para voltarmos a crescer em receita líquida fixa após 4 anos de redução. Esse movimento é resultado da decisão estratégica da companhia em focar seus investimentos em tecnologias mais avançadas, como fibra, e traz perspectivas positivas para o futuro.

A receita de **FTTx** evoluiu 11,6% a/a no trimestre, impulsionada pelo forte desempenho da **Receita de FTTH** (+37,2% a/a). Durante os últimos doze meses, nossa rede de fibra chegou a mais 65 cidades, adicionando 3,8 milhões de casas passadas. Ao final do trimestre, somamos 18,3 milhões de casas passadas distribuídas em 309 cidades.

Agora temos como objetivo chegar a 29 milhões de casas passadas até o final do ano de 2024. Essa velocidade na expansão da nossa rede nos permitirá acelerar o volume de clientes conectados, e, consequentemente, capturar o retorno dos investimentos.

A **Receita de IPTV**, produto associado à conectividade de fibra, avançou 23,4% a/a no 3T21, atestando a qualidade da oferta de TV da Vivo.

A performance forte da Receita de **Dados Corporativos, TIC e outros**, de 17,1% a/a no trimestre, é resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia que vai desde serviços de conectividade até serviços digitais, como cloud e cibersegurança. A receita com serviços digitais no segmento de empresas tem expandido de maneira rápida, se beneficiando da necessidade de empresas de variados portes em digitalizar suas operações.

² FTTx, IPTV, Dados Corporativos e TIC, Atacado e outras receitas fixas.

² Receita de voz fixa, xDSL e DTH.

Comentário do Desempenho

CUSTOS

Consolidado em R\$ milhões	3T21	3T20	Δ% YoY	9M21	9M20	Δ% YoY
CUSTOS TOTAIS	(6.203)	(6.470)	(4,1)	(18.457)	(19.002)	(2,9)
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS	(1.849)	(1.906)	(3,0)	(5.648)	(5.046)	11,9
Serviços	(1.174)	(1.080)	8,7	(3.485)	(3.101)	12,4
Produtos vendidos	(675)	(826)	(18,3)	(2.162)	(1.945)	11,2
CUSTOS DA OPERAÇÃO	(4.354)	(4.564)	(4,6)	(12.810)	(13.956)	(8,2)
Pessoal	(1.035)	(926)	11,8	(3.041)	(2.831)	7,4
Comerciais e Infraestrutura	(3.133)	(3.107)	0,8	(9.185)	(9.162)	0,3
Provisão para Devedores Duvidosos	(370)	(375)	(1,5)	(1.113)	(1.361)	(18,2)
Gerais e Administrativas	(294)	(290)	1,6	(851)	(904)	(5,8)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	478	135	253,5	1.381	301	359,4

A nova classificação dos custos apresenta de forma segregada aqueles diretamente relacionados à geração de receita e os relativos à operação e manutenção das atividades da Companhia. O histórico está disponível no site de Relações com Investidores.

Os **Custos Totais**, excluindo gastos com Depreciação e Amortização, foram de R\$ 6.203 milhões no trimestre, uma redução de 4,1% no ano, enquanto a inflação (IPCA-12M) registrou alta de 10,3%.

O **Custo dos Serviços e Produtos Vendidos** reduziu 3,0% pois as menores vendas de aparelhos compensaram o crescimento dos custos dos serviços.

- **Serviços** – alta de 8,7% a/a no 3T21 refletindo a maior receita com venda de licenças, principalmente no segmento de empresas, e de conteúdo digital. O aumento desses custos foi parcialmente compensado por menores despesas com Fistel e outros impostos.
- **Produtos Vendidos** - redução de 18,3% em relação ao 3T20, o qual foi atipicamente afetado por uma maior demanda de aparelhos, dado o represamento das vendas no 2T20. Além disso, o 3T21 foi impactado por uma menor oferta de aparelhos por parte dos fabricantes devido à escassez global de componentes eletrônicos e menor demanda em função do aumento dos preços dos aparelhos, relacionado a desvalorização do real em relação ao dólar.

Os **Custos da Operação** permaneceram sob controle mesmo com a alta da inflação no período.

- **Pessoal** – aumento de 11,8% a/a no 3T21, em função do reajuste anual de salários, da contratação de novos colaboradores e do menor benefício com a medida provisória que permitiu a redução da jornada de trabalho.
- **Comerciais e Infraestrutura** – incremento de 0,8% quando comparado ao 3T20, em função dos maiores gastos comerciais, relacionados a forte atividade de vendas, além de maiores despesas com energia elétrica e de manutenção de redes. Essas despesas foram parcialmente compensadas pela maior adoção de canais digitais, os quais tem menores comissões, e pela digitalização do atendimento, faturamento, cobrança e arrecadação.
- **Provisão para Devedores Duvidosos** – reduziu 1,5% a/a e encerrou o 3T21 em R\$ 370 milhões, representando 2,3% da Receita Bruta (-0,1 p.p. a/a). A essencialidade do serviço de conectividade faz com que os clientes priorizem o pagamento de suas contas com a Vivo. Esse comportamento, em conjunto com a execução de ações de crédito e cobrança, contribui para o controle na provisão para devedores duvidosos.
- **Gerais e Administrativas** – aumento de 1,6% a/a no trimestre, devido à maior despesa com serviços de terceiros, parcialmente compensado por iniciativas de eficiência. Na comparação com os primeiros nove meses de 2020, houve uma redução de 5,8%.
- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais** – apresentaram uma receita líquida de R\$ 478 milhões, no 3T21, devido principalmente ao efeito positivo de R\$ 416,6 milhões referente ao *closing* da operação da FiBrasil.

Comentário do Desempenho

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Consolidado em R\$ milhões	3T21	3T20	Δ% YoY	9M21	9M20	Δ% YoY
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.053)	(2.783)	9,7	(8.972)	(8.305)	8,0

A **Depreciação e Amortização** aumentou 9,7% em comparação ao 3T20, refletindo a maior base de ativos e o crescimento do número de contratos de leasing.

RESULTADO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	3T21	3T20	Δ% YoY	9M21	9M20	Δ% YoY
RESULTADO FINANCEIRO	(254)	(17)	1.432,5	(726)	(286)	154,0
Receitas de Aplicações Financeiras	93	43	115,6	182	137	32,5
Encargos por Endividamento	(223)	(103)	116,1	(626)	(402)	55,6
Variações Monetárias, Cambiais e Outros	(124)	44	n.d.	(282)	(21)	1.243,8

No 3T21, o **Resultado Financeiro** registrou uma despesa financeira de R\$ 254 milhões, devido ao maior endividamento relacionado a contratos reconhecidos como leasing em função do IFRS16 e a menor atualização financeira de créditos fiscais.

INVESTIMENTOS

Consolidado em R\$ milhões	3T21	3T20	Δ% YoY	9M21	9M20	Δ% YoY
Rede	1.803	1.496	20,6	5.294	4.446	19,1
Tecnologia, Sistemas de Informação e Outros	348	308	13,2	1.052	914	15,1
INVESTIMENTOS¹ EX-IFRS 16	2.151	1.803	19,3	6.346	5.359	18,4
IFRS 16 Leasing	580	638	(9,0)	2.263	1.110	103,8
SALDO TOTAL IFRS 16	2.732	2.441	11,9	8.609	6.470	33,1
INVESTIMENTOS¹ EX-IFRS 16 / RECEITA LÍQUIDA	19,5%	16,7%	2,8 p.p.	19,5%	16,8%	2,7 p.p.

Os **Investimentos¹** realizados no 3T21 alcançaram R\$ 2.151 milhões, o que representa 19,5% da Receita Operacional Líquida do trimestre. Os investimentos foram direcionados ao reforço da nossa rede móvel e à expansão da rede de fibra, garantindo uma maior disponibilidade dos serviços da Vivo frente à crescente demanda por conexão de qualidade.

Ao incluir o efeito do IFRS 16 houve um incremento de 11,9% a/a em função das renegociações de contratos de aluguel de longo prazo realizadas no início de 2021.

ENDIVIDAMENTO

A **dívida bruta²** da Companhia atingiu R\$ 1.632 milhões ao final do 3T21, 100% denominada em moeda local, com redução de 57,6% a/a em função da liquidação de empréstimos e financiamentos no período. Ao excluir o efeito do IFRS 16, a Companhia registrou **caixa líquido** de R\$ 7.083 milhões no trimestre, refletindo a maior geração de caixa no período. Considerando o efeito do IFRS 16, a dívida líquida atingiu R\$ 3.992 milhões ao final do 3T21.

³ Não inclui o valor relativo à renovação de licença no montante de R\$ 33,6 milhões.

² Não inclui o efeito do IFRS 16.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, comércio e reciclagem de sucatas e metais, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Telefônica S.A. ("Telefônica"), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM" - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472/1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

Antes da publicação da Lei nº 13.879/2019, as autorizações de espectro eram comumente concedidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa viabilizada pela referida Lei, prorrogações sucessivas de outorgas passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes era incerta até a edição do Decreto nº 10.402/2020, que detalhou os requisitos atinentes ao novo regime de prorrogações sucessivas e esclareceu que as autorizações atuais também estão abarcadas pelo referido regime.

Não obstante, o Decreto também definiu as condições a serem consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de prorrogação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos concorrenciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.

Atualmente, a cada biênio, após a primeira prorrogação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita auferida através da prestação do SMP no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar somente o equivalente a 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com um novo regulamento de preço público do espectro. Esta Resolução fixou novos critérios para os custos de prorrogação das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Parte do pagamento pode ser convertida em compromissos de investimento.

Notas Explicativas

Ao deliberar sobre a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão nº 510, de 30 de setembro de 2020, que (i) a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação ("SOR") tratasse dos pedidos de prorrogação das autorizações de uso de radiofrequências vigentes nas subfaixas A e B, propondo seu deferimento, em caráter primário, até 29 de novembro de 2028, se atendidos os requisitos legais e regulamentares; e que (ii) o valor devido pela prorrogação deveria ser calculado a partir de parâmetros de valor presente líquido, de modo a refletir, segundo a ANATEL, o real valor econômico (valor de mercado) das faixas.

Sendo assim, depois de superados os trâmites necessários junto à SOR, o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 618, de 26 de novembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz, associadas ao Termo de Autorização nº 001/2006/PVCP/SPV-ANATEL outorgado à Companhia, até a data de 29 de novembro de 2028, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato nº 7.281, de 26 de novembro de 2020. A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorreu, na visão da ANATEL, da necessidade de se promover uma reorganização e redimensionamento da canalização da faixa. Já o cálculo do valor por método diverso aos anteriormente referidos (ônus bianual e Resolução nº 695/2018, que aprovou o Regulamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências ("PPDUR")) foi decidido sob a alegação de que os instrumentos regulatórios atuais não têm previsão de aplicabilidade aos casos de uma segunda prorrogação das autorizações. Como complemento, determinou a ANATEL que o pagamento pela autorização fosse realizado no patamar de 10% do valor devido, cabendo aos 90% restantes sua quitação em forma de investimentos. Analogamente, a ANATEL prorrogou o prazo de vigência das autorizações do direito de uso de radiofrequências referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz na área de prestação equivalente ao Distrito Federal, associadas ao Termo de Autorização nº 003/2006/PVCP/SPV-ANATEL, nos mesmos moldes estabelecidos na prorrogação das autorizações no Estado do Rio de Janeiro, em termos de prazo e condições de pagamento.

Os Termos de Autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

As informações sobre um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência para o SMP, outorgadas para a Companhia são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, exceto pelos eventos citados anteriormente referente ao Distrito Federal.

c) Eventos ocorridos em 2021

c.1) Assinatura do contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre Oi Móvel S.A. e a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A.

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 ("ICVM 358"), conforme alterada, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados anteriormente, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 28 de janeiro de 2021, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), por e entre Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedora; a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A., na qualidade de Compradoras e a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de intervenientes-anuentes e garantidoras das obrigações da Vendedora. O Contrato foi assinado em decorrência do resultado do procedimento competitivo de alienação dos ativos da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), em leilão judicial ocorrido em 14 de dezembro de 2020 em que a Companhia e as demais compradoras foram declaradas vencedoras.

A efetivação da aquisição pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das Compradoras adquirirá ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos da UPI Ativos Móveis. A efetivação da aquisição também está sujeita a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e previstas no Contrato, dentre as quais a anuência prévia da ANATEL e aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), bem como, se aplicável, a submissão da assembleia geral de acionistas da Companhia, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., caso em que informações adicionais serão divulgadas oportunamente.

Notas Explicativas

Esta transação, a partir de sua concretização, trará benefícios aos acionistas da Companhia através de geração de receitas e eficiências em virtude de sinergias operacionais, bem como aos seus clientes, em decorrência do compromisso da Companhia com a excelência na qualidade do serviço prestado e, finalmente, ao setor como um todo em razão do reforço na capacidade de realizar investimentos e criar inovações tecnológicas de maneira sustentável, contribuindo para a digitalização do país. A aquisição pela Companhia de parcela da UPI Ativos Móveis representa mais um importante passo no propósito da Companhia, de digitalizar para aproximar.

c.2) Parceria estratégica entre a Companhia e a DOTZ S.A. ("Dotz")

Em 25 de março de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002, ("ICVM 358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou um memorando de entendimentos vinculante com a Dotz e suas empresas subsidiárias ("Grupo Dotz"), para a formalização de parceria estratégica com foco em intensificar a relação comercial atualmente existente entre as empresas. A nova parceria tem o objetivo de viabilizar, dentre outros, (i) a extensão do prazo do atual acordo comercial entre a Companhia e a Dotz por cinco anos; (ii) a ampliação da atuação da plataforma Dotz no ecossistema da Companhia, com foco principal na fidelização e engajamento dos clientes da Companhia; (iii) a disponibilização da Conta Digital Dotz aos clientes da Companhia; e (iv) a disponibilização de produtos e serviços da Companhia no ecossistema da Dotz.

Desta maneira, as empresas esperam ampliar suas bases de clientes e a oferta de produtos e/ou serviços, além de fomentar o desenvolvimento de novas iniciativas estratégicas.

Através desta iniciativa, a Companhia reforça seu posicionamento como um *hub* de serviços digitais, alavancando-se na capilaridade de seus canais de venda e força da marca, para oferecer serviços e benefícios a seus clientes em diferentes áreas, além de aumentar a participação da Companhia em negócios de alto valor.

Em 23 de junho de 2021, a Companhia e o Grupo Dotz assinaram o Contrato de Opções de Compra de Ações, no qual a Companhia passará a deter o direito de receber, de determinados acionistas da Dotz, uma participação minoritária no capital social da Dotz, a depender do atingimento de metas acordadas e condições contratuais.

c.3) Parceria estratégica entre a Companhia e a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF")

Em 8 de abril de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002, ("ICVM 358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou um memorando de entendimentos vinculante com a CDF, para a formalização de parceria com foco em intensificar a relação comercial atualmente existente entre as empresas.

Através da parceria com a CDF, empresa que é um *marketplace* de soluções de assistência residencial e tecnológica, a Companhia busca ser referência, no mercado brasileiro, na oferta de serviços de suporte tecnológico para a casa conectada, ampliando o portfólio de serviços existente que passa a incluir desde os serviços de suporte técnico, até outras áreas como configuração de rede Wi-Fi e física e instalação e configuração de dispositivos inteligentes, os quais terão forte crescimento em função da evolução esperada da internet das coisas (IoT).

No âmbito da parceria, a Companhia passará a deter o direito de adquirir uma participação minoritária no capital social da CDF, a depender do atingimento de determinadas metas.

Esta iniciativa reforça o posicionamento da Companhia como um *hub* de serviços digitais, atendendo a todas as necessidades de tecnologia de seus clientes, além de aumentar a participação da Companhia em negócios de alto valor.

A operação encontra-se em negociação e a celebração dos documentos definitivos até 4 de novembro de 2021.

c.4) Parceria entre a Companhia e a Teladoc Health ("Teladoc") para a criação da Vida V

Em 11 de maio de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002, anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou um memorando de entendimentos vinculante para a criação da Vida V, em parceria com a Teladoc, líder mundial em telemedicina.

Notas Explicativas

A Vida V é uma nova plataforma digital de saúde e bem-estar que irá oferecer a clientes finais, e pequenas e médias empresas acesso a serviços de telemedicina e outras soluções correlacionadas.

O serviço, com previsão de lançamento nos próximos meses, estará disponível para qualquer consumidor, inclusive para aqueles que ainda não são clientes da Companhia. Ele será oferecido por meio de um aplicativo que incluirá consultas médicas, programas de bem-estar, desconto em farmácias e outros benefícios. Funcionalidades, novos serviços e parceiros serão incluídos na plataforma.

Este é mais um passo na construção de um *hub* de saúde e bem-estar em torno da Companhia, visando promover serviços de saúde relevantes, acessíveis e de qualidade, e reforça o objetivo estratégico da Companhia de criar um ecossistema digital, que irá aumentar a preferência e o engajamento dos clientes.

c.5) Closing Operação FiBrasil

Em 2 de julho de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 ("ICVM 358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após a aprovação por seu Conselho de Administração em 2 de março de 2021 e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes, consumou os acordos com a Caisse de dépôt et placement du Québec ("CDPQ"), um grupo global de investimentos, e com a Telefónica Infra, S.L.U. ("TEF Infra"), uma sociedade sediada na Espanha, 100% controlada pela Telefónica S.A., tendo portanto o mesmo acionista controlador da Companhia, para a construção, desenvolvimento e exploração de rede de fibra ótica neutra e independente de atacado no mercado brasileiro por meio da FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil") (a "Operação").

Em decisão publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 6 de abril de 2021, a Superintendência-Geral do CADE aprovou sem restrições o contrato de *joint venture* entre Companhia, TEF Infra e CDPQ, via FiBrasil. Em 23 de abril de 2021, após o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o CADE certificou o trânsito em julgado com a aprovação sem restrições da decisão da Superintendência-Geral do CADE de 6 de abril de 2021. Na análise do ato de concentração, a Superintendência-Geral do CADE não identificou preocupações concorrenciais nos mercados avaliados. Além disso, ficou demonstrado que a operação poderá ter efeitos pró-competitivos, na medida em que representa a desverticalização, em parte, entre a Companhia e a FiBrasil, com relação à operação de redes de fibra como infraestrutura para telecomunicações e serviços do atacado para outras operadoras de serviços de telecomunicações.

Como a TEF Infra, faz parte do Grupo Telefónica (Espanha), esta Operação estava sujeita à aprovação da autoridade de defesa da concorrência da União Europeia, ocorrida em 22 de abril de 2021.

Em 7 de junho de 2021, a ANATEL concedeu a anuência prévia à implementação da Operação, com validade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contada a partir da publicação do Ato no DOU, ocorrida em 8 de junho de 2021, prorrogável, a pedido, uma única vez, por igual período, se mantidas as condições societárias.

A FiBrasil, que nasce como empresa líder no mercado de atacado de fibra no Brasil, começa sua operação com, aproximadamente, 1,6 milhão de casas passadas em FTTH, e seu plano de negócios visa atingir cerca de 5,5 milhões de lares em 4 anos, com foco em cidades médias fora do Estado de São Paulo.

A Companhia, como cliente âncora da FiBrasil, acelerará a execução de sua estratégia de crescimento no mercado de fibra, expandindo sua cobertura dos atuais 16,3 milhões de casas com tecnologia FTTH para 24 milhões, ao final de 2024, potencializando o *cross selling* de serviços a seus clientes, maximizando o retorno sobre o capital investido e consolidando-se como operador líder convergente no país.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de julho de 2021:

A IFRS 10 e CPC 36 (R3) contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas quando ocorre perda de controle. Neste caso, a regra estabelece que a participação retida deve ser avaliada pelo seu valor justo (com base no preço da alienação realizada) e eventual diferença deve ser registrada no resultado (além da baixa da parcela alienada). O Grupo Telefónica adotou a aplicação das referidas normas para os registros da Operação em suas controladas (Companhia e TEF Infra).

A FiBrasil era controlada pela Companhia, que detinha 100 ações, representados por R\$100,00 (Cem Reais).

Notas Explicativas

Efeitos no Patrimônio Líquido da FiBrasil

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em bens na FiBrasil pela Companhia (1)	229.961
Resultado na FiBrasil em 02/07/21 (2)	(1.789)
Patrimônio Líquido da FiBrasil em 02/07/21, antes do closing	228.172
Subscrição de capital à vista pelo CDPQ (3)	205.000
Valor presente do aumento de capital a integralizar pelo CDPQ (4)	264.540
Patrimônio Líquido da FiBrasil em 02/07/21 (closing)	697.712

- (1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (2) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.
- (3) Aporte de capital pelo CDPQ, com subscrição de 800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a renúncia do direito de subscrição pela Companhia e TEF Infra.
- (4) Valor presente do aumento de capital a integralizar em até 12 meses ou do cumprimento de condições contratuais da Operação, o que ocorrer primeiro, com a renúncia do direito de subscrição pela Companhia e TEF Infra.

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em bens na FiBrasil pela Companhia (1)	229.961
Resultado na FiBrasil em 02/07/21 (2)	(1.789)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, antes das alienações	228.172
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TEF Infra (3)	(95.817)
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para o CDPQ (3)	(38.327)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, após as alienações	94.028
Remensuração da variação participação acionária (4)	80.400
Investimento na FiBrasil em 02/07/21 (closing)	174.428

- (1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (vide notas 12, 13 e 14).
- (2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social (vide nota 12).
- (3) Baixas dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, sendo: (i) R\$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R\$38.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ (vide notas 12 e 26).
- (4) Remensuração da variação de participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos. (vide nota 12).

Notas Explicativas

Efeitos no resultado da Companhia

Eventos	R\$ mil
Alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (1)	579.440
Alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (1)	80.000
Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra (2)	(95.817)
Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a CDPQ (2)	(38.327)
Baixa proporcional do goodwill pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(135.106)
Valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ (4)	58.138
Gastos relacionados diretamente à Operação (5)	(31.751)
Resultado operacional	416.577
Resultado na FiBrasil em 02/07/21	(1.789)
Remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (6)	80.400
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (7)	41.095
Resultado antes dos tributos	536.283
Imposto de renda e contribuição social correntes (8)	(55.277)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (8)	(97.155)
Resultado líquido da Operação	383.851

- (1) Referem-se às alienações de participação acionária da Companhia na FiBrasil, sendo: (i) 499.999 ações para a TEF Infra, a ser recebida em 4 parcelas, sendo a 1ª à vista e outras 3 parcelas anuais a vencer no mês de julho, até 2024; e (ii) 200.000 ações para o CDPQ, recebida à vista (vide nota 26).
- (2) Referem-se às baixas dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra e 200.000 ações para o CDPQ (vide notas 12 e 26).
- (3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (vide notas 14 e 26).
- (4) Refere-se ao valor justo da parcela da Companhia dos bônus de subscrições futuras, a serem realizadas pelo CDPQ na FiBrasil, à medida do atingimento de condições contratuais. Mensalmente, este valor é atualizado monetariamente (vide notas 11, 12 e 26).
- (5) Refere-se aos gastos com consultorias, laudos, honorários relacionados diretamente à Operação, reconhecidos em Despesas gerais e administrativas (nota 25).
- (6) Refere-se à remensuração da variação de participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos (vide nota 12).
- (7) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle (vide nota 12).
- (8) Refere-se aos tributos correntes e diferidos sobre o resultado da Operação, exceto pelo montante remensuração da participação acionária (item 6).

O fechamento da Operação resultou em um impacto positivo para a Companhia de R\$536.283 (antes do imposto de renda e contribuição social) e de R\$224.860 no fluxo de caixa da atividade de investimentos. Além disso há um montante adicional de aproximadamente R\$1,5 bilhão, em termos nominais, a serem recebidos nos próximos anos, parcialmente condicionados ao cumprimento de metas previamente acordadas entre as partes.

Notas Explicativas

Com a conclusão da Operação em 2 de julho de 2021, o controle acionário da FiBrasil passou a ser de controle conjunto entre o Grupo CDPQ com 50% e a Telefônica 50% (25% para a Companhia e 25% para a TEF Infra).

c.6) Alienação de participação acionária na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil ("CloudCo Brasil")

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 ("ICVM358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Reunião realizada em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, na mesma data, do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações ("SPIA"), por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil"), para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação").

A Operação permitirá que a Companhia, em parceria com a TC&CT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, a CloudCo Brasil, visando alavancar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios.

A Operação assegura, ainda, que a Companhia continue liderando o relacionamento com os clientes finais, na medida em que inclui a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a Companhia atuará como canal de vendas exclusivo da CloudCo Brasil.

Esta Operação não está sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 e do CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A CloudCo Brasil era controlada pela Companhia, que detinha 100 ações, representados por R\$100,00 (Cem Reais).

Efeitos no Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em recursos pela Companhia (1)	28.000
Resultado na CloudCo Brasil em 02/08/21 (2)	(5.523)
Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil em 02/08/21, antes do closing	22.477
Subscrição de capital à vista pelo TC&CT (3)	25.000
Valor presente do aumento de capital a integralizar pelo TC&CT (4)	47.891
Patrimônio Líquido da CloudCo Brasil em 02/08/21, após o closing	95.368

(1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas quotas (vide nota 12).

(2) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.

(3) Aporte de capital realizado pela TC&CT com recursos.

(4) Valor presente do aumento de capital a integralizar pela TC&CT em até 18 meses.

Notas Explicativas

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em recursos pela Companhia (1)	28.000
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
Resultado na CloudCo Brasil em 02/08/21	(5.523)
Remensuração da variação participação acionária (3)	30.900
Investimento na CloudCo Brasil em 02/08/21, após o closing	47.694

- (1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas quotas (vide nota 12).
- (2) Baixas do custo contábil do investimento detido pela Companhia na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (vide notas 12 e 23).
- (3) Remensuração da variação de participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (vide notas 12 e 23).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R\$ mil
Alienação de investimento da Companhia para a TC&CT (1)	19.260
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
IR e CS correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TC&CT (3)	(4.616)
Remensuração da variação participação acionária (4)	30.900
Baixa proporcional do goodwill pelas alienações dos investimentos da Companhia (5)	(12.871)
IR e CS diferidos sobre a baixa proporcional do goodwill pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	4.377
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing	31.367

- (1) Refere-se à alienação de participação acionária da Companhia na CloudCo Brasil, referente a 64.949 ações, recebida à vista na data do closing (vide nota 12).
- (2) Refere-se à baixa do custo contábil do investimento detidos pela Companhia na CloudCo Brasil (vide notas 12 e 23).
- (3) Refere-se ao IR e CS correntes e diferidos incidentes sobre os itens (2) e (5) (vide notas 8 e 23).
- (4) Remensuração da variação de participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil (vide notas 12 e 23).
- (5) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (vide notas 14 e 23).

Com a conclusão da Operação em 2 de agosto de 2021, o capital social da CloudCo Brasil passou a ser detido da seguinte forma: 50,01% pela Companhia e 49,99% pela TC&CT e, portanto, a relação entre a Companhia e a TC&CT no âmbito da CloudCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado em 2 de agosto de 2021. Tanto o SPIA como o Acordo de Acionistas contêm termos e disposições comuns a esse tipo de transação.

Notas Explicativas

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Declaração de conformidade

As informações trimestrais ("ITRs") individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de forma condizente com as deliberações emitidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

b) Bases de preparação e apresentação

As ITRs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados, utilizando-se o método indireto.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada seguindo o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

Estas ITRs comparam os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2021 com 31 de dezembro de 2020.

As ITRs individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de outubro de 2021.

c) Moeda funcional e de apresentação

As ITRs da Companhia são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

d) Bases de consolidação

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

Investidas	Tipo de investimento	Participação	
		30.09.21	31.12.20
Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	100,00%
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog")	Controlada	100,00%	99,99%
POP Internet Ltda ("POP") (1)	Controlada	100,00%	99,99%
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money")	Controlada	100,00%	100,00%
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil")	Controlada	50,01%	-
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controle conjunto	50,00%	50,00%
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controle conjunto	50,00%	50,00%
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controle conjunto	50,00%	50,00%
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil")	Controle conjunto	25,00%	-

(1) Em 25 de maio de 2021, a Innweb Ltda, controlada direta da POP e indireta da Companhia, alterou a razão social para Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda. ("Recicla V"), alterando também seu objeto social para as atividades de comércio e reciclagem de sucatas e metais a serem por ela desenvolvidas.

e) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

f) Principais políticas contábeis

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram integralmente repetidas nessas ITRs.

As políticas contábeis adotadas na preparação das ITRs da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, exceto pela emissão da IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

Notas Explicativas

A IFRS 17 entrou em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das ITRs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas ITRs devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia e suas controladas na preparação destas ITRs, são os mesmos apresentados nas notas explicativas: contas a receber (nota 4); imposto de renda e contribuição social (nota 7); imobilizado (nota 12); intangível (nota 13); provisões e contingências (nota 19); receita operacional líquida (nota 24); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 31), divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Caixa e contas bancárias (1)	77.628	190.238	80.827	191.975
Aplicações financeiras (2)	8.208.232	5.327.116	8.607.121	5.570.106
Total	8.285.860	5.517.354	8.687.948	5.762.081

(1) Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos da controladora e consolidado, incluíam os montantes de R\$61.398 e R\$47.313, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 28).

(2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

4) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Fundo de investimentos - FDIC (1)	39.864	-	39.864	-
Garantia a processos judiciais (2)	40.147	46.051	40.341	46.280
Total	80.011	46.051	80.205	46.280

Circulante	39.864	-	39.864	-
Não circulante	40.147	46.051	40.341	46.280

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em cotas seniores do FOR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 19.e).

Notas Explicativas

5) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Valores faturados	7.340.336	7.616.696	7.343.719	7.611.858
Valores a faturar (1)	2.315.997	2.169.198	2.339.708	2.191.331
Valores de interconexão	705.011	724.633	711.100	724.630
FIDC Vivo Money	-	-	14.708	1.975
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	91.740	93.630	99.179	105.349
Contas a receber, bruto	10.453.084	10.604.157	10.508.414	10.635.143
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.061.884)	(2.049.475)	(2.091.829)	(2.072.578)
Total	8.391.200	8.554.682	8.416.585	8.562.565
Circulante	7.946.537	8.174.784	7.971.922	8.182.667
Não circulante	444.663	379.898	444.663	379.898

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados líquidos dos ativos contratuais eram de R\$126.545 e R\$168.683, respectivamente.

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora / Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Parcela da revenda de mercadorias B2B - 24 meses	230.847	159.075
Parcela a receber do Grupo OI - Recuperação judicial	29.527	59.813
Produto Vivo TECH (1)	403.174	348.086
Valor nominal a receber	663.548	566.974
Receita financeira não realizada	(50.107)	(34.504)
Valor presente a receber	613.441	532.470
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(168.778)	(152.572)
Valor líquido a receber	444.663	379.898

(1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante os exercícios.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
A vencer (1)	6.650.737	6.763.482	6.728.411	6.798.420
Vencidas – 1 a 30 dias	939.467	872.050	944.476	870.551
Vencidas – 31 a 60 dias	253.705	227.406	251.035	228.074
Vencidas – 61 a 90 dias	129.418	139.476	138.242	142.788
Vencidas – 91 a 120 dias	141.363	157.024	132.010	157.105
Vencidas – mais de 120 dias	276.510	395.244	222.411	365.627
Total	8.391.200	8.554.682	8.416.585	8.562.565

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais.

Notas Explicativas

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.19	(1.616.698)	(1.644.797)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.349.588)	(1.360.741)
Baixas	1.024.853	1.035.599
Saldo em 30.09.20	(1.941.433)	(1.969.939)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões	(385.058)	(379.617)
Baixas	277.016	276.978
Saldo em 31.12.20	(2.049.475)	(2.072.578)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.103.742)	(1.113.326)
Baixas	1.091.333	1.094.075
Saldo em 30.09.21	(2.061.884)	(2.091.829)

6) ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Materiais para revenda (1)	563.191	584.062	569.760	590.706
Materiais para consumo	76.018	35.939	78.243	37.156
Outros estoques	1.821	34.898	3.031	35.109
Estoques, bruto	641.030	654.899	651.034	662.971
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência (2)	(52.913)	(28.063)	(55.733)	(29.871)
Total	588.117	626.836	595.301	633.100

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, acessórios, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

7) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Taxa fistel (1)	273.554	-	273.554	-
Custos incrementais (contratos com clientes)	665.761	480.909	665.761	480.909
Propaganda e publicidade	128.962	275.083	128.962	275.083
Aluguéis	56.307	61.559	56.307	61.559
Manutenção de <i>software</i> e redes	196.099	79.524	196.950	80.151
Encargos financeiros	24.008	22.175	24.008	22.175
Pessoal	121.633	-	122.700	-
Seguros	13.646	15.383	13.746	15.503
Satélites e <i>links</i>	76.974	102.851	76.974	102.851
Tributos e outras despesas antecipadas	36.161	15.241	36.820	16.046
Total	1.593.105	1.052.725	1.595.782	1.054.277

Circulante	1.236.919	858.257	1.239.592	859.766
Não circulante	356.186	194.468	356.190	194.511

Notas Explicativas

- (1) Refere-se à parcela remanescente dos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento, que será amortizada para o resultado até o final do exercício de 2021.

8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Imposto de renda	393.869	479.886	401.469	483.452
Contribuição social	59.915	34.696	62.942	35.825
Total	453.784	514.582	464.411	519.277

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Imposto de renda	73.632	72.982	74.984	74.190
Contribuição social	23.461	23.270	23.965	23.755
Total	97.093	96.252	98.949	97.945

Circulante	-	-	1.856	1.693
Não circulante	97.093	96.252	97.093	96.252

Os montantes não circulantes de R\$97.093 e R\$96.252, registrados na controladora e consolidado, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, referem-se aos tributos enquadrados na IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda (nota 8.e).

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos são apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora							
	Saldos em 31.12.19	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.09.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (4)	Saldos em 31.12.20
Ativo (passivo) diferido								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.368.597	281	-	1.368.878	14.092	-	-	1.382.970
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(4.515.050)	(773.702)	(111)	(5.288.863)	(384.617)	(103.252)	(20.778)	(5.797.510)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.651.306	106.069	-	1.757.375	(3.903)	-	-	1.753.472
Fornecedores e outras provisões	517.511	285.342	-	802.853	(23.124)	-	-	779.729
Carteira de clientes e marcas	98.078	(99.737)	-	(1.659)	(32.512)	-	-	(34.171)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	473.409	86.704	-	560.113	27.596	-	-	587.709
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	182.999	3.728	-	186.727	(13.071)	-	-	173.656
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	387.291	22.231	-	409.522	16.383	(105.349)	-	320.556
Participação nos resultados	119.159	12.275	-	131.434	1.643	-	-	133.077
Licença Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(2.069.544)	(162.247)	-	(2.231.791)	(54.083)	-	-	(2.285.874)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(288.451)	(424.868)	-	(713.319)	(28.205)	-	-	(741.524)
Lei da Inovação tecnológica	(24.565)	10.177	-	(14.388)	(4.333)	-	-	(18.721)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	41.465	138.700	(111)	180.054	(20.316)	2.097	(20.778)	141.057
Passivo diferido, líquido	(3.146.453)	(773.421)	(111)	(3.919.985)	(370.525)	(103.252)	(20.778)	(4.414.540)
Ativo diferido	5.377.539			5.980.243				5.913.243
Passivo diferido	(8.523.992)			(9.900.228)				(10.327.783)
Passivo diferido, líquido	(3.146.453)			(3.919.985)				(4.414.540)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:								
Passivo diferido	(3.146.453)			(3.919.985)				(4.414.540)

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (4)	Saldos em 30.09.21
Ativo (passivo) diferido					
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.382.970	34.032	-	-	1.417.002
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(5.797.510)	(924.565)	(1.873)	4.377	(6.719.571)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.753.472	284.441	-	-	2.037.913
Fornecedores e outras provisões	779.729	308.331	-	-	1.088.060
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(154.787)	-	-	(188.958)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	587.709	(8.713)	-	-	578.996
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	2.751	-	-	176.407
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.556	18.520	-	-	339.076
Participação nos resultados	133.077	(14.899)	-	-	118.178
Licença	(2.285.874)	(305.160)	-	-	(2.591.034)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.476)	(646.252)	-	-	(7.252.728)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(741.524)	(133.592)	-	-	(875.116)
Lei da Inovação tecnológica	(18.721)	4.683	-	-	(14.038)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	141.057	(279.888)	(1.873)	4.377	(136.327)
Passivo diferido, líquido	(4.414.540)	(890.533)	(1.873)	4.377	(5.302.569)
Ativo diferido	5.913.243				6.483.281
Passivo diferido	(10.327.783)				(11.785.850)
Passivo diferido, líquido	(4.414.540)				(5.302.569)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:					
Passivo diferido	(4.414.540)				(5.302.569)

Notas Explicativas

	Consolidado						Transações de capital (4)	Saldos em 31.12.20
	Saldos em 31.12.19	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.09.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes		
Ativo (passivo) diferido								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.479.836	(25.280)	-	1.454.556	7.942	-	-	1.462.498
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(4.455.247)	(774.674)	(111)	(5.230.032)	(384.268)	(103.319)	(20.778)	(5.738.397)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.690.591	105.936	-	1.796.527	(4.110)	-	-	1.792.417
Fornecedores e outras provisões	531.341	285.072	-	816.413	(22.992)	-	-	793.421
Carteira de clientes e marcas	98.078	(99.737)	-	(1.659)	(32.512)	-	-	(34.171)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	478.630	86.311	-	564.941	27.989	-	-	592.930
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	182.999	3.728	-	186.727	(13.071)	-	-	173.656
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	387.507	22.253	-	409.760	16.388	(105.416)	-	320.732
Participação nos resultados	119.994	12.257	-	132.251	1.662	-	-	133.913
Licença Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(2.069.544)	(162.247)	-	(2.231.791)	(54.083)	-	-	(2.285.874)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(288.451)	(424.868)	-	(713.319)	(28.205)	-	-	(741.524)
Lei da Inovação tecnológica	(24.565)	10.177	-	(14.388)	(4.333)	-	-	(18.721)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	41.881	138.520	(111)	180.290	(20.309)	2.097	(20.778)	141.300
Passivo diferido, líquido	(2.975.411)	(799.954)	(111)	(3.775.476)	(376.326)	(103.319)	(20.778)	(4.275.899)
Ativo diferido	5.548.581			6.124.752				6.051.884
Passivo diferido	(8.523.992)			(9.900.228)				(10.327.783)
Passivo diferido, líquido	(2.975.411)			(3.775.476)				(4.275.899)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:								
Ativo diferido de controladas	171.042			144.509				138.641
Passivo diferido	(3.146.453)			(3.919.985)				(4.414.540)

Notas Explicativas

		Consolidado				
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (4)	Outros	Saldos em 30.09.21
Ativo (passivo) diferido						
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.462.498	25.769	-	-	(921)	1.487.346
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(5.738.397)	(926.327)	(1.873)	4.377	-	(6.662.220)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.792.417	284.341	-	-	-	2.076.758
Fornecedores e outras provisões	793.421	306.064	-	-	-	1.099.485
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(154.787)	-	-	-	(188.958)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	592.930	(8.397)	-	-	-	584.533
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	2.751	-	-	-	176.407
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.732	18.543	-	-	-	339.275
Participação nos resultados	133.913	(15.031)	-	-	-	118.882
Licença	(2.285.874)	(305.160)	-	-	-	(2.591.034)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.476)	(646.252)	-	-	-	(7.252.728)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(741.524)	(133.592)	-	-	-	(875.116)
Lei da Inovação tecnológica	(18.721)	4.683	-	-	-	(14.038)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	141.300	(279.490)	(1.873)	4.377	-	(135.686)
Passivo diferido, líquido	(4.275.899)	(900.558)	(1.873)	4.377	(921)	(5.174.874)
Ativo diferido	6.051.884					6.610.976
Passivo diferido	(10.327.783)					(11.785.850)
Passivo diferido, líquido	(4.275.899)					(5.174.874)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:						
Ativo diferido de controladas	138.641					127.695
Passivo diferido	(4.414.540)					(5.302.569)

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, alienação de estruturas (torres e *rooftops*), entre outras.
- (4) Referem-se a tributos diferidos decorrentes das transações de aquisição e alienação da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda. ("CyberCo Brasil") em 2020 e da Operação da CloudCo Brasil em 2021 (nota 1.c).

Em 30 de setembro de 2021, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Recicla V, TGLog e TIS) no montante de R\$72.146 (R\$68.783 em 31 de dezembro de 2020), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização destes créditos.

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Lucro antes dos tributos	1.632.264	1.493.025	4.468.234	4.255.480
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(554.970)	(507.629)	(1.519.200)	(1.446.863)
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial (nota 12)	59.233	20.202	53.467	48.422
Juros sobre o capital próprio prescritos	(18.579)	(12.057)	(18.579)	(12.057)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(17.913)	(17.010)	(63.231)	(50.358)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio destinados	204.000	221.000	656.200	669.800
Outras exclusões	13.734	13.956	27.958	13.313
Total	(314.495)	(281.538)	(863.385)	(777.743)
Taxa efetiva	19,3%	18,9%	19,3%	18,3%
IRPJ e CSLL corrente	27.983	(455)	27.148	(4.322)
IRPJ e CSLL diferido	(342.478)	(281.083)	(890.533)	(773.421)
	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Lucro antes dos tributos	1.643.453	1.522.048	4.500.040	4.341.880
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(558.774)	(517.496)	(1.530.014)	(1.476.239)
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial (nota 12)	41.138	(94)	42.135	358
Juros sobre o capital próprio prescritos	(18.579)	(12.057)	(18.579)	(12.057)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(17.981)	(18.012)	(63.588)	(51.962)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio destinados	204.000	221.000	656.200	669.800
Outras exclusões	21.442	16.098	15.585	5.957
Total	(328.754)	(310.561)	(898.261)	(864.143)
Taxa efetiva	20,0%	20,4%	20,0%	19,9%
IRPJ e CSLL corrente	19.400	(17.590)	2.297	(64.189)
IRPJ e CSLL diferido	(348.154)	(292.971)	(900.558)	(799.954)

Notas Explicativas

e) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R\$17.999.069 em 30 de setembro de 2021 (R\$16.969.554 em 31 de dezembro de 2020). A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$97.093 em 30 de setembro de 2021 (R\$96.252 em 31 de dezembro de 2020), em relação a essas ações (nota 8.b). Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

f) Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre Recurso Extraordinário sobre incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos em repetição de indébito

Em 8 de julho de 2020 a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5012373-88.2020.4.03.6100 com o objetivo da concessão de segurança para reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em primeira instância a decisão foi contrária à Companhia, sendo que em 8 de outubro de 2021 foi interposto Recurso de Apelação em face da referida decisão, ainda não julgado.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou, sob a sistemática virtual, o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi publicada a Ata de Julgamento, mas até o momento não foi publicada a íntegra da decisão.

Considerando os efeitos da repercussão geral, a Companhia avaliou a possibilidade de registro do crédito correspondente no valor estimado de R\$1 a 1,5 bilhão, cujo impacto dar-se-ia no IRPJ e CSLL diferido ativo, por representar neste momento a melhor estimativa da Companhia face às informações disponíveis. Esta avaliação consiste na capacidade da Companhia demonstrar e testar a recuperabilidade do ativo fiscal diferido e para isso se faz necessário reprocessar apurações de anos anteriores de prejuízos fiscais e, consequentemente, a elaboração de projeções futuras de rentabilidade/lucratividade do negócio. Neste sentido, considerando a data da decisão do STF, a complexidade do reprocessamento das apurações e de avaliar, tempestivamente, a recuperabilidade do ativo fiscal diferido que também será impactado por eventos importantes tais como o Leilão do 5G, a Companhia ainda não concluiu tais análises. Desta forma, a Companhia entendeu que os critérios requeridos para reconhecimento do ativo fiscal diferido ainda não haviam sido atingidos nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2021.

9) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
ICMS (1)	2.853.689	3.013.105	2.854.854	3.014.540
PIS e COFINS (2)	1.937.407	126.442	1.939.622	128.489
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	107.719	84.540	110.557	87.134
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	100.651	105.291	102.061	106.454
Total	4.999.466	3.329.378	5.007.094	3.336.617
Circulante	3.937.684	2.505.056	3.945.309	2.512.293
Não circulante	1.061.782	824.322	1.061.785	824.324

Notas Explicativas

- (1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$583.610 e R\$541.941 em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente.
- (2) A Companhia possui dois processos judiciais sobre o reconhecimento do direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (incluindo processo da sociedade que já foi incorporada - Telemig), que abrangem diversos períodos entre fevereiro de 2002 e dezembro de 2019. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal ("STF") proferiu decisão para o Leading Case sobre a matéria RE 574706. Um dos processos transitou em julgado em 25 de junho de 2021 e o outro ainda está pendente de decisão final, sendo certo que seguirá a decisão proferida pelo STF. Em decorrência da decisão, a Companhia reconheceu no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$2.221.897. Em 30 de setembro de 2021, o saldo no ativo circulante era de R\$1.833.905.
- (3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

10) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Depósitos judiciais				
Tributário	1.335.764	1.303.809	1.489.347	1.453.939
Cível	860.839	949.204	862.939	951.905
Trabalhista	202.857	235.757	208.076	241.455
Regulatório	280.752	266.647	280.752	266.647
Total	2.680.212	2.755.417	2.841.114	2.913.946
Bloqueios judiciais	25.365	29.205	26.408	30.432
Total	2.705.577	2.784.622	2.867.522	2.944.378
Circulante	130.331	176.242	131.372	177.433
Não circulante	2.575.246	2.608.380	2.736.150	2.766.945

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

Notas Explicativas

Tributos	Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	53.666	92.849
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	531.244	525.563
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	352.314	331.086
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	292.773	289.924
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	19.481	18.880
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	76.295	58.300
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	47.354	46.830
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	44.643	33.540
Outros impostos, taxas e contribuições	71.577	56.967
Total	1.489.347	1.453.939

11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30) (1)	105.981	165.009	106.034	165.062
Crédito com fornecedores	136.171	209.908	136.171	209.908
Adiantamentos a empregados e fornecedores	138.006	114.809	146.906	117.033
Créditos com partes relacionadas (nota 28) (2) (3)	576.897	70.833	617.272	72.835
Bônus de subscrição (nota 1.c)	59.165	-	59.165	-
Outros valores a realizar (2)	38.418	27.684	39.748	27.765
Total	1.054.638	588.243	1.105.296	592.603
Circulante	580.169	404.243	625.210	408.349
Não circulante	474.469	184.000	480.086	184.254

- (1) Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, inclui os montantes de R\$100.104 e R\$158.959, respectivamente, referente à distribuição do *superávit* do PBS-A.
- (2) Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, inclui os montantes de R\$59.480 (R\$43.878 em créditos com partes relacionadas e R\$15.602 em outros valores a realizar) e R\$12.122, respectivamente, referente aos saldos de contratos de subarrendamento de áreas no *Data Center* de Curitiba (período de 22 anos), de estruturas (torres e *rooftops*, período de 10 anos), imóveis (período de 13 anos) e pontos de fixação (período de 3 anos). Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante os exercícios.
- (3) Inclui o montante de R\$440.345 a receber da TEF Infra, referente às 3 parcelas anuais a vencer no mês de julho, até 2024, pela alienação de 499.999 da FiBrasil (vide notas 1.c e 28).

12) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

As informações relativas às controladas diretas e de controle conjunto, são as mesmas da nota explicativa 11) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das controladas diretas e de controle conjunto nas quais a Companhia possui participação (nota 2 d).

Notas Explicativas

Balancos patrimoniais

30.09.21									
	Controladas					Controle conjunto			
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	Cloud	POP Consolidada	FiBrasil	ACT	AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	25,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:									
Ativo circulante	380.977	37.884	15.816	128.004	69.435	939.625	38	38.776	273.345
Ativo não circulante	239.339	9.555		6.177	57.103	405.203	-	7.947	-
Total do ativo	620.316	47.439	15.816	134.181	126.538	1.344.828	38	46.723	273.345
Passivo circulante	348.091	25.771	353	44.398	3.551	52.937	3	7.620	349
Passivo não circulante	117.655	9.948	-	-	50.733	600.623	-	20.037	-
Patrimônio líquido	154.570	11.720	15.463	89.783	72.254	691.268	35	19.066	272.996
Total do passivo e patrimônio líquido	620.316	47.439	15.816	134.181	126.538	1.344.828	38	46.723	273.345

31.12.20									
	Controladas					Controle conjunto			
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	POP Consolidada		ACT	AIX	Aliança	
Participação no patrimônio líquido	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%		50,00%	50,00%	50,00%	
Resumo do Balanço Patrimonial:									
Ativo circulante	322.248	29.453	4.067	68.753		33	31.263	270.222	
Ativo não circulante	256.440	9.196	-	55.500		-	10.426	-	
Total do ativo	578.688	38.649	4.067	124.253		33	41.689	270.222	
Passivo circulante	211.936	17.396	35	7.970		5	6.272	267	
Passivo não circulante	116.135	9.560	-	48.506		-	18.090	-	
Patrimônio líquido	250.617	11.693	4.032	67.777		28	17.327	269.955	
Total do passivo e patrimônio líquido	578.688	38.649	4.067	124.253		33	41.689	270.222	

Notas Explicativas

Demonstrações de resultados

Períodos de nove meses findos em										
30.09.21										
	Controladas					Controle conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	Cloud	POP Consolidada	FiBrasil	FiBrasil	ACT	AIX	Aliança
Receita operacional líquida	253.356	58.653	-	20.122	8.443	-	25.510	78	41.645	-
Custos e receitas (despesas) operacionais	(187.095)	(57.506)	1.429	(29.259)	(3.553)	(2.710)	(42.611)	(72)	(38.803)	6.462
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	2.118	(510)	2	18	1.629	-	1.728	-	(426)	4
Imposto de renda e contribuição social	(30.600)	(610)	-	(2.546)	(2.042)	921	4.564	1	(677)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	37.779	27	1.431	(11.665)	4.477	(1.789)	(10.809)	7	1.739	6.466

Períodos de nove meses findos em										
30.09.20										
	Controladas					Controle conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	Cibersegurança	POP Consolidada	ACT	AIX	Aliança		
Receita operacional líquida	459.638	41.352	-	-	15.036	78	34.456	-		
Custos e receitas (despesas) operacionais	(243.435)	(40.512)	(7)	(134)	(8.119)	(68)	(33.693)	1.365		
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	3.035	(348)	(16)	(1)	1.276	-	447	23		
Imposto de renda e contribuição social	(83.526)	-	-	-	(2.875)	(2)	(501)	-		
Lucro líquido (prejuízo) do período	135.712	492	(23)	(135)	5.318	8	709	1.388		

Notas Explicativas

b) Movimentação dos investimentos

	Controladas						Controle conjunto	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Total de investimentos no consolidado
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	Cloud	CyberCo Brasil	POP Consolidada	Aliança / AIX / ACT / FiBrasil			
Saldos em 31.12.19	334.602	11.952	-	-	-	65.708	103.913	338	516.513	104.251
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.000	-	-	-	-	-	2.000	-
Transações de capital	7	-	-	-	-	-	-	-	7	-
Resultado de equivalência patrimonial	135.712	492	(23)	-	(135)	5.318	1.053	-	142.417	1.053
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(219.397)	-	-	-	-	-	-	-	(219.397)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	43.880	326	44.206	44.206
Saldos em 30.09.20	250.924	12.444	1.977	-	(135)	71.026	148.846	664	485.746	149.510
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.000	-	7.000	-	-	-	9.000	-
Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 13 e 14)	-	-	-	-	19.008	-	-	-	19.008	-
Transações de capital	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Transações de capital, efeitos na TIS/Terra, na alienação da CyberCo Brasil para a TTech	1.576	-	-	-	-	-	-	-	1.576	-
Resultado de equivalência patrimonial	41.764	(23)	55	-	(1)	(3.249)	(319)	-	38.228	(319)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(44.369)	-	-	-	-	-	-	-	(44.369)	-
Outros resultados abrangentes	723	(728)	-	-	-	-	(4.872)	114	(4.763)	(4.758)
Alienação de investimentos na CyberCo Brasil para a TTech	-	-	-	-	(25.872)	-	-	-	(25.872)	-
Saldos em 31.12.20	250.617	11.693	4.032	-	-	67.777	143.655	778	478.552	144.433
Resultado de equivalência patrimonial	37.779	27	1.431	(8.594)	-	4.477	(385)	-	34.735	(385)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(133.830)	-	-	-	-	-	-	-	(133.830)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	-	-	10.000	28.000	-	-	-	-	38.000	-
Aporte de capital - Bens do ativo imobilizado e intangível (notas 1.c, 13 e 14)	-	-	-	-	-	-	229.961	-	229.961	229.961
Baixa por alienação de investimentos (nota 1.c)	-	-	-	(5.683)	-	-	(134.144)	-	(139.827)	(134.144)
Remensuração de participação acionária (nota 1.c)	-	-	-	30.900	-	-	80.400	-	111.300	80.400
Valor justo da remensuração da participação acionária (nota 1.c)	-	-	-	-	-	-	41.095	-	41.095	41.095
Transações de capital	4	-	-	278	-	-	1.091	-	1.373	1.091
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(1.713)	(319)	(2.032)	(2.032)
Saldos em 30.09.21	154.570	11.720	15.463	44.901	-	72.254	359.960	459	659.327	360.419

O montante de equivalência patrimonial da controladora e consolidado no resultado inclui alguns valores da Operação da FiBrasil (nota 1.c): (i) da remensuração de participação acionária; (ii) do valor justo da remensuração da participação acionária; e (iii) da atualização dos bônus de subscrição de ações.

Notas Explicativas

13) IMOBILIZADO

a) Composição, movimentação e taxas de depreciação

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
<u>Saldos e movimentações:</u>								
Saldo em 31.12.19	22.727.927	817.111	4.082.160	11.717.821	278.512	813.449	2.394.389	42.831.369
Adições	107.635	42	64.642	1.094.240	-	109.502	3.998.469	5.374.530
Baixas líquidas (1)	(5.512)	(55)	(102)	(49.437)	(3.702)	(2.091)	(8.643)	(69.542)
Transferências líquidas	1.482.818	364.162	1.645.110	622.765	-	6.783	(4.266.849)	(145.211)
Subarrendamento (2)	-	-	-	(1.379)	-	-	-	(1.379)
Depreciação (nota 25)	(2.183.619)	(266.159)	(1.672.022)	(1.945.249)	-	(209.615)	-	(6.276.664)
Saldo em 30.09.20	22.129.249	915.101	4.119.788	11.438.761	274.810	718.028	2.117.366	41.713.103
Adições	(29.610)	-	13.217	3.420.530	-	82.764	1.682.139	5.169.040
Baixas líquidas (1)	7.344	(6)	(1)	(256.974)	(1.781)	(327)	(6.453)	(258.198)
Transferências líquidas	1.056.909	96.360	486.775	(281.212)	-	14.077	(1.415.874)	(42.965)
Subarrendamento (2)	-	-	-	(736)	-	-	-	(736)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	(685)	-	-	-	-	(15.553)	-	(16.238)
Depreciação	(739.870)	(94.615)	(541.944)	(785.086)	-	(66.696)	-	(2.228.211)
Saldo em 31.12.20	22.423.337	916.840	4.077.835	13.535.283	273.029	732.293	2.377.178	44.335.795
Adições	285.246	-	86.051	2.054.149	-	75.616	4.673.774	7.174.836
Baixas líquidas (1)	(22.551)	(94)	(1.397)	(201.810)	(2.541)	(1.156)	(45.638)	(275.187)
Transferências líquidas	2.704.988	545.983	1.786.762	535.548	-	19.398	(5.683.980)	(91.301)
Subarrendamento (2)	-	-	-	(46.930)	-	-	-	(46.930)
Bens destinados à venda (3)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 25)	(2.529.901)	(325.340)	(1.652.929)	(2.089.815)	-	(210.004)	-	(6.807.989)
Saldo em 30.09.21	22.710.868	1.123.182	4.262.674	13.765.299	270.488	615.772	1.312.990	44.061.273
Em 31.12.20								
Custo	78.436.193	5.927.786	22.784.054	30.607.476	273.029	5.217.044	2.377.178	145.622.760
Depreciação acumulada	(56.012.856)	(5.010.946)	(18.706.219)	(17.072.193)	-	(4.484.751)	-	(101.286.965)
Total	22.423.337	916.840	4.077.835	13.535.283	273.029	732.293	2.377.178	44.335.795
Em 30.09.21								
Custo	80.731.661	6.420.909	24.558.875	33.129.903	270.488	5.285.735	1.312.990	151.710.561
Depreciação acumulada	(58.020.793)	(5.297.727)	(20.296.201)	(19.364.604)	-	(4.669.963)	-	(107.649.288)
Total	22.710.868	1.123.182	4.262.674	13.765.299	270.488	615.772	1.312.990	44.061.273

Notas Explicativas

	Consolidado							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.19	22.727.930	817.300	4.082.160	11.719.728	278.512	826.362	2.395.272	42.847.264
Adições	107.909	73	64.642	1.094.240	-	112.628	3.998.085	5.377.577
Baixas líquidas (1)	(5.786)	(55)	(102)	(49.435)	(3.702)	(2.127)	(8.643)	(69.850)
Transferências líquidas	1.482.840	364.141	1.645.110	622.763	-	6.781	(4.266.846)	(145.211)
Subarrendamento (2)	-	-	-	(1.379)	-	-	-	(1.379)
Depreciação (nota 25)	(2.183.641)	(266.171)	(1.672.022)	(1.946.053)	-	(212.241)	-	(6.280.128)
Saldo em 30.09.20	22.129.252	915.288	4.119.788	11.439.864	274.810	731.403	2.117.868	41.728.273
Adições	(29.856)	(31)	13.217	3.423.507	-	82.821	1.682.622	5.172.280
Baixas líquidas (1)	7.603	(6)	(1)	(257.012)	(1.781)	(743)	(6.453)	(258.393)
Transferências líquidas	1.056.889	96.401	486.775	(281.210)	-	14.076	(1.415.896)	(42.965)
Subarrendamento (2)	-	-	-	(736)	-	-	-	(736)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	(685)	-	-	-	-	(15.553)	-	(16.238)
Depreciação	(739.866)	(94.625)	(541.944)	(785.574)	-	(67.619)	-	(2.229.628)
Saldo em 31.12.20	22.423.337	917.027	4.077.835	13.538.839	273.029	744.385	2.378.141	44.352.593
Adições	285.246	46	86.051	2.054.751	-	77.046	4.673.737	7.176.877
Baixas líquidas (1)	(22.551)	(104)	(1.397)	(202.308)	(2.541)	(1.106)	(45.637)	(275.644)
Transferências líquidas	2.704.988	545.986	1.786.762	535.637	-	19.723	(5.684.578)	(91.482)
Subarrendamento (2)	-	-	-	(46.930)	-	-	-	(46.930)
Bens destinados à venda (3)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 25)	(2.529.901)	(325.361)	(1.652.929)	(2.091.738)	-	(214.969)	-	(6.814.898)
Saldo em 30.09.21	22.710.868	1.123.387	4.262.674	13.767.125	270.488	624.704	1.313.319	44.072.565
Em 31.12.20								
Custo	78.436.218	5.928.603	22.784.054	30.632.690	273.029	5.379.888	2.378.141	145.812.623
Depreciação acumulada	(56.012.881)	(5.011.576)	(18.706.219)	(17.093.851)	-	(4.635.503)	-	(101.460.030)
Total	22.423.337	917.027	4.077.835	13.538.839	273.029	744.385	2.378.141	44.352.593
Em 30.09.21								
Custo	80.731.686	6.421.477	24.558.875	33.154.950	270.488	5.450.382	1.313.319	151.901.177
Depreciação acumulada	(58.020.818)	(5.298.090)	(20.296.201)	(19.387.825)	-	(4.825.678)	-	(107.828.612)
Total	22.710.868	1.123.387	4.262.674	13.767.125	270.488	624.704	1.313.319	44.072.565

- (1) Em infraestrutura, inclui os montantes de R\$192.249 e R\$288.603 em 2021 e 2020, respectivamente, referente a cancelamento de contratos de arrendamento.
- (2) Refere-se aos contratos de subarrendamento de estruturas (torres e *rooftops*), de áreas no *data center* de Curitiba, imóveis e pontos de fixação.
- (3) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que foram utilizados para a composição societária da Companhia na FiBrasil (nota 1.c).

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de depreciação para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, exceto para os ativos de arrendamentos (apresentados na nota 13 b).

Notas Explicativas

Descrição	Controladora / Consolidado
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 14,29%
Equipamentos terminais	10,00% a 25,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e <i>modems</i>)	25,00% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 20,00%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%

b) Informações adicionais dos arrendamentos

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.a). Estas informações incluem os montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e provisão para desmantelamento para estes arrendamentos.

	Consolidado			
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
Taxa anual de depreciação	5,00% a 42,90%	3,50% a 66,67%	20,00% a 38,00%	
<u>Saldos e movimentações:</u>				
Saldo em 31.12.19	346.306	8.401.685	3.220	8.751.211
Adições	108.817	990.686	10.672	1.110.175
Subarrendamento (nota 13.a)	-	(1.379)	-	(1.379)
Depreciação	(30.750)	(1.536.773)	(3.266)	(1.570.789)
Cancelamentos de contratos	(420)	(44.362)	-	(44.782)
Saldo em 30.09.20	423.953	7.809.857	10.626	8.244.436
Adições	(52.913)	3.404.123	(108)	3.351.102
Subarrendamento (nota 13.a)	-	(736)	-	(736)
Depreciação	(12.949)	(641.764)	(137)	(654.850)
Baixa líquida	-	(4.902)	-	(4.902)
Cancelamentos de contratos	-	(244.241)	-	(244.241)
Saldo em 31.12.20	358.091	10.322.337	10.381	10.690.809
Adições	1.434.109	828.369	590	2.263.068
Subarrendamento (nota 13.a)	-	(46.930)	-	(46.930)
Depreciação	(334.415)	(1.683.539)	(453)	(2.018.407)
Cancelamentos de contratos	(1.018)	(192.249)	-	(193.267)
Saldo em 30.09.21	1.456.767	9.227.988	10.518	10.695.273

c) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de setembro de 2021, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$78.224 (R\$85.172 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

d) Equilíbrio da Concessão

O modelo de concessão de serviço telefônico fixo comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente.

Frente a este cenário e, com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural querer um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, esgotamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comercio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/96, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações. Nesta arbitragem buscaremos, além de outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor.

A arbitragem é considerada um método ágil e tecnicamente adequado para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazermos o prognóstico do resultado deste processo arbitral.

e) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

De acordo com a referida Lei, a ANATEL ficará encarregada de estimar, por meio de regulamentação específica, o valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, valor este que será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL, quando então, a depender das condições de tais projetos, a Concessionária optará ou não pela adaptação de regime.

f) Bens reversíveis

O contrato de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado da Companhia adotado em 2018 prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, tais como, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral ("STFC") em Regime Público.

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e razoáveis, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

Notas Explicativas

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público, caso tal serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário, ainda em regime público. Refira-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Assim, mesmo ao fim da concessão, o patrimônio da Concessionária deixa de ser suscetível à reversão de sua propriedade à União e tanto o regime de cessão do uso dos bens compartilhados como da posse dos bens exclusivos do STFC passam a ser definidos no manual operacional do Regulamento e Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COUN/SCO, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBR") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

14) INTANGÍVEL

a) Composição, movimentação e taxas de amortização

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.690.068	928.833	905.205	12.091.821	45.654	549.979	41.270.732
Adições	-	370.292	-	-	-	-	719.537	1.089.829
Baixas líquidas	-	(12.230)	-	-	-	-	-	(12.230)
Transferências líquidas	-	1.077.562	-	-	-	-	(932.351)	145.211
Amortização (nota 25)	-	(1.046.836)	(228.667)	(63.154)	(683.047)	(2.326)	-	(2.024.030)
Saldo em 30.09.20	23.059.172	4.078.856	700.166	842.051	11.408.774	43.328	337.165	40.469.512
Adições (1)	-	152.956	-	-	184.300	-	454.111	791.367
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(220)	-	-	-	-	-	(32.963)
Transferências líquidas	-	133.085	-	-	-	-	(90.120)	42.965
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	-	(2.770)
Amortização	-	(372.546)	(66.600)	(21.051)	(231.364)	(776)	-	(692.337)
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156	40.575.774
Adições (1)	-	571.423	-	-	33.576	-	859.794	1.464.793
Baixas líquidas (2)	(147.977)	(16.847)	-	-	-	-	-	(164.824)
Transferências líquidas	-	1.330.067	-	-	-	-	(1.238.766)	91.301
Bens destinados à venda (3)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 25)	-	(1.191.162)	(199.800)	(63.154)	(699.295)	(2.327)	-	(2.155.738)
Saldo em 30.09.21	22.878.452	4.680.832	433.766	757.846	10.695.991	40.225	322.184	39.809.296
Em 31.12.20								
Custo	23.026.429	19.940.908	4.438.017	1.658.897	20.428.520	269.557	701.156	70.463.484
Amortização acumulada	-	(15.951.547)	(3.804.451)	(837.897)	(9.066.810)	(227.005)	-	(29.887.710)
Total	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156	40.575.774

Notas Explicativas

Em 30.09.21								
Custo	22.878.452	21.818.883	4.440.717	1.658.897	20.462.096	269.557	322.184	71.850.786
Amortização acumulada	-	(17.138.051)	(4.006.951)	(901.051)	(9.766.105)	(229.332)	-	(32.041.490)
Total	22.878.452	4.680.832	433.766	757.846	10.695.991	40.225	322.184	39.809.296

	Consolidado							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.693.255	928.833	905.205	12.091.821	45.730	550.936	41.274.952
Adições	-	372.155	-	-	-	-	719.931	1.092.086
Baixas líquidas	-	(12.230)	-	-	-	-	-	(12.230)
Transferências líquidas	-	1.077.769	-	-	-	-	(932.558)	145.211
Amortização (nota 25)	-	(1.047.826)	(228.667)	(63.154)	(683.047)	(2.327)	-	(2.025.021)
Saldo em 30.09.20	23.059.172	4.083.123	700.166	842.051	11.408.774	43.403	338.309	40.474.998
Adições (1)	-	153.957	-	-	184.300	-	454.351	792.608
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(220)	-	-	-	-	-	(32.963)
Transferências líquidas	-	133.545	-	-	-	-	(90.580)	42.965
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	-	(2.770)
Amortização	-	(372.931)	(66.600)	(21.051)	(231.364)	(775)	-	(692.721)
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080	40.582.117
Adições (1)	-	572.117	-	-	33.576	-	860.026	1.465.719
Baixas líquidas (2)	(147.977)	(16.884)	-	-	-	-	-	(164.861)
Transferências líquidas	-	1.330.996	-	-	-	-	(1.239.514)	91.482
Bens destinados à venda (3)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 25)	-	(1.192.605)	(199.800)	(63.154)	(699.295)	(2.327)	-	(2.157.181)
Saldo em 30.09.21	22.878.452	4.686.318	433.766	757.846	10.695.991	40.301	322.592	39.815.266

Em 31.12.20								
Custo	23.026.429	20.056.642	4.438.017	1.658.897	20.428.520	269.640	702.080	70.580.225
Amortização acumulada	-	(16.061.938)	(3.804.451)	(837.897)	(9.066.810)	(227.012)	-	(29.998.108)
Total	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080	40.582.117

Em 30.09.21								
Custo	22.878.452	21.934.345	4.440.717	1.658.897	20.462.096	269.640	322.592	71.966.739
Amortização acumulada	-	(17.248.027)	(4.006.951)	(901.051)	(9.766.105)	(229.339)	-	(32.151.473)
Total	22.878.452	4.686.318	433.766	757.846	10.695.991	40.301	322.592	39.815.266

- (1) Os ingressos em licenças, ocorridos em 2021 e 2020, referem-se às prorrogações das autorizações de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, concedida pela ANATEL (nota 1.b).
- (2) As baixas proporcionais do ágio, referem-se às alienações dos investimentos da CyberCo Brasil em 2020 e da FiBrasil e CloudCo Brasil em 2021, conforme o parágrafo 86 do CPC 01 (R1) / IAS 36.
- (3) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que foram utilizados na composição da participação societária da Companhia na FiBrasil (nota 1.c).

A seguir, apresentamos a seguir um quadro das taxas de amortização para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora / Consolidado
Softwares	20,00%
Carteira de clientes	12,50%
Marcas	7,70%
Licenças	3,60% a 6,67%
Outros intangíveis	20,00%

15) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Encargos e benefícios sociais	573.697	331.952	604.515	350.138
Participação de empregados nos resultados	233.828	278.283	238.954	285.079
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	96.578	85.559	97.250	86.296
Salários e remunerações	130.765	45.235	136.371	46.495
Total	1.034.868	741.029	1.077.090	768.008
Circulante	1.020.476	737.354	1.062.693	764.329
Não circulante	14.392	3.675	14.397	3.679

16) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Fornecedores diversos (Opex, CaPex, Serviços e Mercadorias)	6.562.339	5.685.956	6.627.095	5.741.208
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	461.607	568.035	422.010	489.339
Valores a repassar (operadoras, <i>cobilling</i>)	201.226	199.562	201.226	199.562
Interconexão / interligação	195.417	182.895	195.417	182.895
Total	7.420.589	6.636.448	7.445.748	6.613.004

17) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Fistel (1)	1.344.256	671.145	1.344.256	671.145
ICMS	1.153.581	812.077	1.205.217	861.464
PIS e COFINS	301.352	217.724	306.493	221.323
Fust e Funttel	88.289	88.088	88.289	88.088
ISS, CIDE e outros tributos	68.661	72.442	86.641	84.772
Total	2.956.139	1.861.476	3.030.896	1.926.792
Circulante	2.666.041	1.590.784	2.689.906	1.607.434
Não circulante	290.098	270.692	340.990	319.358

(1) Refere-se aos saldos residuais de 2020 e 2021 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, proferidas em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021, respectivamente, estão com o recolhimento suspenso.

Notas Explicativas**18) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO****a) Dividendos a receber**

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha dividendos a receber da Terra Networks.

	Controladora
Saldo em 31.12.19	72.900
Dividendos complementares de 2019	219.397
Saldo em 30.09.20	292.297
Recebimento de dividendos	(292.297)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	44.369
Saldo em 31.12.20	44.369
Dividendos complementares de 2020	133.830
Saldo em 30.09.21	178.199

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar**b.1) Composição**

	Controladora / Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Telefônica Latinoamérica Holding	1.069.921	837.113
Telefônica	1.322.246	1.021.474
SP Telecomunicações Participações	873.991	660.012
Telefônica Chile	2.460	1.849
Acionistas não controladores	1.589.877	1.345.550
Total	4.858.495	3.865.998

Notas Explicativas

b.2) Movimentação

	Controladora/Consolidado
Saldo em 31.12.19	3.587.417
Dividendos complementares de 2019	2.195.575
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.674.500
Prescrição de dividendos e JSCP	(35.462)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(3.120.150)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	4.771
Saldo em 30.09.20	4.306.651
JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos	1.761.000
Prescrição de dividendos e JSCP	(64.326)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.139.217)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	1.890
Saldo em 31.12.20	3.865.998
Dividendos complementares de 2020	1.587.518
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.640.500
Prescrição de dividendos e JSCP	(54.644)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.185.888)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	5.011
Saldo em 30.09.21	4.858.495

Os dividendos deliberados em 11 de dezembro de 2020 e 15 de abril de 2021, no montante total de R\$2.787.518, serão pagos em 5 de outubro de 2021 (nota 23.d).

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

19) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias, regulatórias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

Notas Explicativas

Controladora							
	Provisões para demandas judiciais					Provisão para desmantelamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)		
Saldos em 31.12.19	513.931	1.489.379	788.343	1.145.736	831.722	635.862	5.404.973
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	99.199	119.411	282.659	79.427	(15.766)	-	564.930
Outros ingressos (reversões) (1)	-	-	(2.005)	-	-	(247.937)	(249.942)
Baixas por pagamento	(206.917)	(22.915)	(399.013)	(26.050)	-	-	(654.895)
Atualização monetária	77.637	115.142	190.086	36.790	7.648	4.735	432.038
Saldos em 30.09.20	483.850	1.701.017	860.070	1.235.903	823.604	392.660	5.497.104
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26) (1)	35.411	2.985	90.124	(9.941)	(2.865)	-	115.714
Outros ingressos (reversões) (1)	-	-	(100)	-	-	4.033	3.933
Baixas por pagamento	(72.383)	(1.820)	(174.541)	(13.732)	-	-	(262.476)
Atualização monetária	26.302	9.409	88.574	(4.899)	2.506	11.122	133.014
Saldos em 31.12.20	473.180	1.711.591	864.127	1.207.331	823.245	407.815	5.487.289
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26) (2)	162.220	280.936	227.614	538.919	(274.679)	-	935.010
Outros ingressos (reversões)	-	-	(152)	-	-	(15.248)	(15.400)
Baixas por pagamento	(209.756)	(104.338)	(504.712)	(20.846)	-	-	(839.652)
Atualização monetária (2)	83.206	176.950	310.594	241.447	(60.275)	(14.845)	737.077
Saldos em 30.09.21	508.850	2.065.139	897.471	1.966.851	488.291	377.722	6.304.324
Em 31.12.20							
Circulante	173.190	-	179.449	60.055	-	51	412.745
Não circulante	299.990	1.711.591	684.678	1.147.276	823.245	407.764	5.074.544
Em 30.09.21							
Circulante	213.605	513	246.744	199.531	-	-	660.393
Não circulante	295.245	2.064.626	650.727	1.767.320	488.291	377.722	5.643.931

Notas Explicativas

Consolidado							
	Provisões para demandas judiciais					Provisão para desmantelamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)		
Saldos em 31.12.19	547.874	1.575.949	797.448	1.145.736	831.722	636.689	5.535.418
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26)	91.396	119.435	284.309	79.427	(15.766)	-	558.801
Outros ingressos (reversões) (1)	6.142	-	(5.752)	-	-	(247.937)	(247.547)
Baixas por pagamento	(213.224)	(22.944)	(400.428)	(26.050)	-	-	(662.646)
Atualização monetária	79.146	116.063	192.467	36.790	7.648	4.735	436.849
Saldos em 30.09.20	511.334	1.788.503	868.044	1.235.903	823.604	393.487	5.620.875
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26) (2)	34.771	2.984	90.155	(9.941)	(2.865)	-	115.104
Outros ingressos (reversões) (1)	248	-	(268)	-	-	4.033	4.013
Baixas por pagamento	(73.804)	(1.819)	(175.056)	(13.732)	-	-	(264.411)
Atualização monetária	27.161	9.584	89.076	(4.899)	2.506	11.122	134.550
Saldos em 31.12.20	499.710	1.799.252	871.951	1.207.331	823.245	408.642	5.610.131
Ingressos (reversões), líquidos (nota 26) (2)	162.612	281.185	228.399	538.919	(274.679)	-	936.436
Outros ingressos (reversões) (1)	(212)	-	987	-	-	(16.075)	(15.300)
Baixas por pagamento	(214.986)	(104.338)	(506.782)	(20.846)	-	-	(846.952)
Atualização monetária (2)	84.926	177.805	312.693	241.447	(60.275)	(14.845)	741.751
Saldos em 30.09.21	532.050	2.153.904	907.248	1.966.851	488.291	377.722	6.426.066
Em 31.12.20							
Circulante	176.582	-	180.965	60.055	-	51	417.653
Não circulante	323.128	1.799.252	690.986	1.147.276	823.245	408.591	5.192.478
Em 30.09.21							
Circulante	214.497	513	248.657	199.531	-	-	663.198
Não circulante	317.553	2.153.391	658.591	1.767.320	488.291	377.722	5.762.868

- (1) Provisão para desmantelamento: principalmente pela reversão decorrente da revisão de custos para desmantelamento de *sites* técnicos. Os efeitos desta reversão, foram reconhecidos em contrapartida no ativo imobilizado.
- (2) Passivo contingente (PPA): principalmente pela reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs de período não lançado.

a) **Provisões e contingências trabalhistas**

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Provisões	508.850	473.180	532.050	499.710
Contingências possíveis	1.281.082	1.406.232	1.300.063	1.435.790

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial, adicional de insalubridade ou periculosidade.

Notas Explicativas

b) Provisões e contingências tributárias

A Companhia e/ou suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por supostas deduções indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

A Companhia também possui diversas autuações lavradas pela RFB em que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, sendo reconhecidos passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os montantes envolvidos para tais casos estão apresentados na nota 8 e).

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Provisões	2.065.139	1.711.591	2.153.904	1.799.252
Federais	651.067	534.585	739.832	622.246
Estaduais	858.167	625.019	858.167	625.019
Municipais	36.319	37.506	36.319	37.506
FUST	519.586	514.481	519.586	514.481
Contingências possíveis	29.176.755	28.701.131	29.851.317	29.368.422
Federais	2.922.840	3.228.243	2.952.320	3.257.998
Estaduais	17.976.738	16.835.194	18.595.439	17.447.000
Municipais	771.917	747.425	779.784	754.827
FUST, FUNTTEL e FISTEL	7.505.260	7.890.269	7.523.774	7.908.597

A variação nas provisões e contingências se deu pelas reavaliações de probabilidade de perda ocorridas no período, devido ao andamento processual e matéria fático-probatória.

b.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; (vi) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (vii) INSS sobre terço constitucional de férias.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; e (viii) serviços não medidos.

Notas Explicativas

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (iv) PIS e COFINS sobre (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) *co-billing*; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; (xx) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxi) serviços de publicidade; e (xxii) assinatura mensal, que se encontra no Superior Tribunal Federal (“STF”) com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$4.738.647 (R\$4.399.325 em 31 de dezembro de 2020).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$782.413 (R\$764.655 em 31 de dezembro de 2020).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 30 de setembro de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$2.002.714 (R\$2.744.617 em 31 de dezembro de 2020).

c) Provisões e contingências cíveis

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Provisões	897.471	864.127	907.248	871.951
Contingências possíveis	2.237.051	3.358.800	2.248.104	3.374.200

A variação nas provisões e contingências se deu pelas reavaliações de probabilidade de perda ocorridas no trimestre, devido ao andamento processual.

Notas Explicativas

c.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de setembro de 2021 o montante consolidado provisionado era de R\$125.951 (R\$290.993 em 31 de dezembro de 2020). A variação entre os períodos decorre, em parte, de acordo entre as partes interessadas.
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de setembro de 2021 o montante consolidado provisionado era de R\$345.952 (R\$240.810 em 31 de dezembro de 2020).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2021, o montante consolidado provisionado era de R\$435.345 (R\$340.148 em 31 de dezembro de 2020).

c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. Em paralelo, as partes formularam acordo, já protocolado aos autos, mas ainda pendente de homologação judicial. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno às condições do plano anterior.
- Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Após julgamento de procedência da ação em primeiro grau e confirmação da sentença em grau de apelação, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração. Em paralelo, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) interveio no processo, o que ocasionou a remessa dos autos para a Justiça Federal. Aguarda-se o recebimento do processo na Justiça Federal. A Justiça Federal intimou então a PREVIC para se manifestar nos autos e, sucessivamente, às partes. Aguardam-se as manifestações. O valor é inestimável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno ao acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.

Notas Explicativas

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstinhasse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. A perícia foi realizada e, em seguida, o processo foi julgado improcedente. Aguardam-se eventuais recursos das partes. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras que prestam serviços de telecomunicações, é ré em uma ação coletiva proposta pelo Ministério Público Federal, por meio da qual contesta a prática que as operadoras adotam de imposição de prazo delimitado para utilização de minutos pré-pagos. Isto é, o demandante alega que os minutos do pacote pré-pago não devem expirar após o término de um prazo específico, podendo ser utilizados a qualquer tempo pelo consumidor. O pedido do Ministério Público Federal não foi acolhido e o processo está aguardando julgamento de recurso pela 6ª Turma do Tribunal Regional Federal ("TRF").

d) Provisões e contingências regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Controladora / Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Provisões	1.966.851	1.207.331
Contingências possíveis	4.523.467	5.617.806

A variação nas provisões e contingências se deu pelas reavaliações de probabilidade de perda ocorridas no trimestre, devido à alterações de posicionamento observadas na ANATEL e no Judiciário.

d.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Especificamente em relação ao pagamento de ônus do SMP, existe um contencioso a respeito de quais receitas devem ser consideradas no pagamento dos valores devidos pela renovação de radiofrequências. Sobre esse tema, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia que há prognóstico de perda provável sobre o pagamento do ônus do SMP quanto a receita de dados, em razão da existência de decisões desfavoráveis na ANATEL e na justiça com prognóstico improvável de revisão, bem como também pelo fato de que a Companhia decidiu recolher prospectivamente tais valores em favor da ANATEL.

d.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

Notas Explicativas

A Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem majoritariamente sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Casos relevantes na carteira de contingências regulatórias possíveis incluem:

- Litígio a respeito das receitas que devem compor o cálculo do valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP e da concessão do STFC (com exceção das receitas de dados do SMP, como informado no item d.1, desta nota). Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de STFC/SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de STFC/SMP, tal como interconexão, receitas auferidas no 15º ano da vigência das licenças e outros, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL.
- A Companhia propôs, em maio de 2018, ação judicial para anular decisão final da ANATEL, de março do mesmo ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa. A multa aplicada pela ANATEL, e objeto da ação judicial, totaliza R\$199.075 como valor principal. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os valores atualizados, acrescidos de juros e correção monetária, alcançaram aproximadamente R\$493.903 e R\$485.828, respectivamente. A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento. A ação está em primeira instância e, neste momento, aguarda sentença, após a Companhia ter juntado laudo pericial que suporta os argumentos a favor da redução da multa.
- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Companhia, que compuseram o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico n. 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Companhia (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Companhia não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência-Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticadas pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado pela área técnica ao Tribunal do CADE e aguarda análise da decisão do Conselho.

e) Garantias

A Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, regulatória, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Seguros garantia	17.707.115	15.051.091
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	2.867.522	2.944.378
Cartas fiança	2.947.319	2.970.370
Imóveis e equipamentos (nota 13)	78.224	85.172
Total	23.600.180	21.051.011

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente, no montante consolidado de R\$40.341 (R\$46.280 em 31 de dezembro de 2020), nota 4.

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) Informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos

Consolidado								
	Informações em 30 de setembro de 2021		30.09.21			31.12.20		
	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituições financeiras (a.1)			50	17	67	61	51	112
PSI	2,5% a 5,5%	jan-23	50	17	67	61	51	112
Fornecedores (a.2)	98,9% a 120,8% do CDI	set-22	365.459	-	365.459	375.700	-	375.700
Debêntures (a.3)			1.008.067	-	1.008.067	1.044.668	999.908	2.044.576
1ª emissão – Minas Comunica			-	-	-	29.352	-	29.352
5ª emissão	108,25% do CDI	fev-22	1.008.067	-	1.008.067	1.015.316	999.908	2.015.224
Arrendamentos (a.4)	8,128 % / IPCA		3.036.743	8.297.227	11.333.970	2.262.043	8.556.735	10.818.778
Total			4.410.319	8.297.244	12.707.563	3.682.472	9.556.694	13.239.166

a.1) Empréstimos e financiamentos – instituições financeiras

Alguns contratos de financiamento firmados com instituições financeiras, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas até 31 de dezembro de 2017, foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados.

As subvenções concedidas a partir de 1º de janeiro de 2018, foram ajustadas a valor presente, contabilizadas no ativo fixo e estão sendo depreciadas de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes financiados.

Estes contratos têm como garantia a alienação dos ativos financiados.

a.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 98,9% e 120,8% do CDI (114,6% a 149,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

a.3) Debêntures

Os custos de transação associados a 5ª emissão, cujo montante em 30 de setembro de 2021 era de R\$806 (R\$1.376 em 31 de dezembro de 2020), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Estes contratos têm garantia quirográfica.

Notas Explicativas

a.4) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

A seguir, apresentamos os saldos dos montantes de arrendamentos a pagar.

	Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Valor nominal a pagar	13.795.940	13.526.001
Despesa financeira não realizada	(2.461.970)	(2.707.223)
Valor presente a pagar (1)	11.333.970	10.818.778
Circulante	3.036.743	2.262.043
Não circulante	8.297.227	8.556.735

(1) Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, incluíam os montantes de R\$79.590 e R\$1.470.508, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefônica (nota 28). A redução dos montantes com empresas do Grupo Telefônica, decorre da alienação da divisão de torres da Telxius Telecom, S.A. para a American Tower International, Inc.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 30 de setembro de 2021:

	Consolidado
1 a 12 meses	3.036.743
13 a 24 meses	2.616.914
25 a 36 meses	1.992.355
37 a 48 meses	1.270.681
49 a 60 meses	914.155
A partir de 61 meses	1.503.122
Total	11.333.970

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 30 de setembro de 2021 é de 8,128%, com prazo médio de vencimento de 5,62 anos.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

b) Cronograma de pagamentos

A seguir, apresentamos a composição por ano de vencimento dos montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e arrendamentos em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

Ano	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Arrendamentos	Total
13 a 24 meses	17	2.616.914	2.616.931
25 a 36 meses	-	1.992.355	1.992.355
37 a 48 meses	-	1.270.681	1.270.681
49 a 60 meses	-	914.155	914.155
A partir de 61 meses	-	1.503.122	1.503.122
Total	17	8.297.227	8.297.244

c) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados junto a instituições financeiras e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas no item a) desta nota, é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

d) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente.

	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento - fornecedores	Contraprestação contingente	Total
Saldo em 31.12.19	48.850	3.104.350	9.191.151	996.274	484.048	13.824.673
Ingressos	-	-	1.479.368	224.976	-	1.704.344
Encargos financeiros (nota 27)	1.861	72.946	297.004	23.738	6.555	402.104
Custos de emissão	-	1.050	-	-	-	1.050
Custos incorridos	-	-	-	-	(40.708)	(40.708)
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(56.792)	-	-	(56.792)
Baixas (pagamentos)	(21.720)	(137.018)	(1.777.983)	(815.047)	(449.895)	(3.201.663)
Saldo em 30.09.20	28.991	3.041.328	9.132.748	429.941	-	12.633.008
Ingressos	-	-	3.349.174	145.562	-	3.494.736
Encargos financeiros	18	14.689	229.123	2.882	-	246.712
Custos de emissão	-	326	-	-	-	326
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(258.499)	-	-	(258.499)
Baixas (pagamentos)	(28.897)	(1.011.767)	(1.633.768)	(202.685)	-	(2.877.117)
Saldo em 31.12.20	112	2.044.576	10.818.778	375.700	-	13.239.166
Ingressos	-	-	2.262.616	201.919	-	2.464.535
Encargos financeiros (nota 27)	19	29.666	589.591	6.582	-	625.858
Custos de emissão	-	806	-	-	-	806
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(200.809)	-	-	(200.809)
Baixas (pagamentos)	(64)	(1.066.981)	(2.136.206)	(218.742)	-	(3.421.993)
Saldo em 30.09.21	67	1.008.067	11.333.970	365.459	-	12.707.563

Notas Explicativas

e) Captações e pagamentos

A seguir, apresentamos um resumo das captações e dos pagamentos ocorridos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

	Consolidado			
	30.09.21			
	Pagamentos			
	Captações	Principal	Encargos	Total
Empréstimos - Instituições financeiras	-	(62)	(2)	(64)
PSI	-	(62)	(2)	(64)
Debêntures	-	(1.028.312)	(38.669)	(1.066.981)
1ª emissão – Minas Comunica	-	(28.312)	(1.697)	(30.009)
5ª emissão	-	(1.000.000)	(36.972)	(1.036.972)
Financiamentos - Fornecedores	201.919	(211.162)	(7.580)	(218.742)
Arrendamentos	2.262.616	(1.565.905)	(570.301)	(2.136.206)
Total	<u>2.464.535</u>	<u>(2.805.441)</u>	<u>(616.552)</u>	<u>(3.421.993)</u>

21) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	624.236	529.099	624.992	529.179
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados (2)	94.860	107.367	94.860	107.367
Subvenções governamentais (3)	42.122	50.474	42.122	50.474
Outras	59.021	59.125	59.021	59.224
Total	<u>820.239</u>	<u>746.065</u>	<u>820.995</u>	<u>746.244</u>
Circulante	610.132	506.778	610.856	506.806
Não circulante	210.107	239.287	210.139	239.438

- (1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.
- (2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refere-se aos valores de: (i) subvenção decorrente de recursos obtidos de linha de financiamento, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

22) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	1.003.161	948.862	1.010.378	954.581
Obrigações com a ANATEL (1)	552.473	523.606	552.473	523.606
Retenções de terceiros (2)	220.743	215.873	224.973	219.169
Valores a restituir a clientes	53.372	43.991	54.275	44.973
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	120.782	21.718	128.167	33.831
Outras obrigações	46.889	47.657	49.459	48.646
Total	<u>1.997.420</u>	<u>1.801.707</u>	<u>2.019.725</u>	<u>1.824.806</u>
Circulante	490.647	389.103	506.093	406.831
Não circulante	1.506.773	1.412.604	1.513.632	1.417.975

Notas Explicativas

- (1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal (notas 1.b e 14).
- (2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV ("Lei das S.A.") estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 253 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei das S.A..

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R\$63.571.416.

A seguir, apresentamos a composição do capital social em 30 de setembro de 2021.

	Total	
	Quantidade	%
Acionistas		
Grupo Controlador	1.244.241.119	73,58%
Telefónica	503.329.803	29,77%
Telefónica Latinoamérica Holding	407.279.213	24,09%
SP Telecomunicações Participações	332.695.590	19,67%
Telefónica Chile	936.513	0,05%
Outros acionistas	435.074.752	25,73%
Ações em tesouraria	11.669.052	0,69%
Total de ações emitidas	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(11.669.052)	
Total de ações em circulação	1.679.315.871	

b) Reservas de capital

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item b, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Com relação às ações em tesouraria, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, houve a aquisição de 8.858.300 ações ordinárias, no montante total de R\$382.900, decorrente do Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2021 era de R\$493.441, composto por 11.669.052 ações ordinárias (R\$110.541 em 31 de dezembro de 2020, composto por 2.810.752 ações ordinárias).

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R\$832.082 e R\$1.182.263, respectivamente.

Notas Explicativas

c) Reservas de lucro

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item c, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo ingresso do montante de R\$24.185 referente ao benefício fiscal para redução de 75% do IRPJ incidente sobre o lucro auferido nos estados das regiões Norte e Nordeste do país (áreas da SUDAM e SUDENE).

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R\$3.187.982 e R\$3.149.679, respectivamente.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

d.1) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2021

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas ("AGO") a ser realizada em 2022, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários, relativo ao exercício social de 2021, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 683/12, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2021, conforme segue:

Natureza	Datas			Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento			
JSCP	12/02/21	26/02/21	até 31/07/22	150.000	127.500	0,075561
JSCP	18/03/21	31/03/21	até 31/07/22	270.000	229.500	0,136084
JSCP	15/04/21	30/04/21	até 31/07/22	280.000	238.000	0,141197
JSCP	17/06/21	30/06/21	até 31/07/22	630.000	535.500	0,317815
JSCP	16/09/21	30/09/21	até 31/07/22	600.000	510.000	0,303695
Total		Total		1.930.000	1.640.500	

d.2) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos de 2020

Em AGO realizada em 15 de abril de 2021, foram aprovadas, por maioria dos votos dos detentores das ações ordinárias presentes, as demonstrações financeiras e destinações do resultado do exercício de 2020. Os detalhes das destinações do resultado são os mesmos divulgados na nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item d), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Tendo em vista as aquisições de ações próprias mantidas em tesouraria no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia, a Companhia divulgou um Comunicado ao Mercado em 15 de abril de 2021, informando que o valor por ação ordinária do dividendo adicional proposto foi atualizado para 0,94181786762. Este dividendo, no montante de R\$1.587.518, será pago em 5 de outubro de 2021, sendo creditado individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 15 de abril de 2021.

Notas Explicativas

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor líquido por ação	
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	14/02/20	28/02/20	13/07/21	85.373	184.627	270.000	72.567	156.933	229.500	0,127456	0,140201
JSCP	19/03/20	31/03/20	13/07/21	47.430	102.570	150.000	40.315	87.185	127.500	0,070809	0,077890
JSCP	17/06/20	30/06/20	13/07/21	284.578	615.422	900.000	241.891	523.109	765.000	0,424852	0,467337
JSCP	17/09/20	28/09/20	13/07/21	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,306837	0,337521
JSCP	16/11/20	27/11/20	13/07/21	400.000	-	400.000	340.000	-	340.000	0,201367	-
JSCP	11/12/20	28/12/20	13/07/21	260.000	-	260.000	221.000	-	221.000	0,130911	-
Dividendos	11/12/20	28/12/20	05/10/21	1.200.000	-	1.200.000	1.200.000	-	1.200.000	0,710827	-
Total				2.482.909	1.347.091	3.830.000	2.290.472	1.145.028	3.435.500		

d.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$54.644 e R\$35.462, respectivamente.

e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos.

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.19	(9.081)	-	39.818	30.737
Ganhos com conversão	-	-	43.880	43.880
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	215	-	-	215
Saldos em 30.09.20	(8.866)	-	83.698	74.832
Perdas com conversão	-	-	(4.872)	(4.872)
Perdas com contratos futuros	-	(4.147)	-	(4.147)
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	75	-	-	75
Saldos em 31.12.20	(8.791)	(4.147)	78.826	65.888
Perdas com conversão	-	-	(1.713)	(1.713)
Ganhos com contratos futuros	-	3.844	-	3.844
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(210)	-	-	(210)
Saldos em 30.09.21	(9.001)	(303)	77.113	67.809

Notas Explicativas

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Em 28 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social e da Instrução CVM nº 567, aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante nas informações trimestrais ("ITRs") com data base 30 de junho de 2020 (R\$1,165 bilhões), excetuadas as reservas referidas no artigo nº 7º, § 1º, da ICVM 567.

Este programa terá vigência até 27 de janeiro de 2022, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares.

As quantidades máximas autorizadas para aquisição são de 38.320.512 ações ordinárias.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foram adquiridas 8.858.300 ações ordinárias, no montante total de R\$382.900.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação nos períodos de nove meses. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

Com a conclusão da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, a partir de 23 de novembro de 2020, a Companhia possui apenas ações ordinárias, conforme a nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item a.1), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações:	1.317.769	1.211.487	3.604.849	3.477.737
Ordinárias	1.317.769	383.069	3.604.849	1.099.652
Preferenciais	n/a	828.418	n/a	2.378.085
Número de ações, em milhares:	1.682.008	1.688.694	1.684.862	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	1.682.008	569.354	1.684.862	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	n/a	1.119.340	n/a	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias (R\$)	0,78	0,67	2,14	1,93
Ações preferenciais (R\$)	n/a	0,74	n/a	2,12

Notas Explicativas

h) Participação de acionistas não controladores

Em 30 de setembro de 2021, as informações consolidadas apresentavam montante de participação de acionistas não controladores em decorrência da operação de alienação parcial (49,99%) do investimento da Companhia na CloudCo Brasil (nota 1.c).

Os montantes desta participação de acionistas não controladores em 30 de setembro de 2021 eram de R\$44.883 no patrimônio líquido e R\$3.070 no resultado de Ago-21 e Set-21 da CloudCo Brasil.

24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Receita operacional bruta	15.987.674	15.691.057	47.546.982	46.140.452
Serviços (1)	14.601.245	14.039.370	43.200.862	42.198.057
Mercadorias (2)	1.386.429	1.651.687	4.346.120	3.942.395
Deduções da receita operacional bruta	(5.044.259)	(5.041.245)	(15.250.000)	(14.634.292)
Tributos	(3.227.115)	(3.276.384)	(9.676.941)	(9.589.273)
Serviços	(2.978.382)	(2.984.709)	(8.862.214)	(8.914.870)
Mercadorias	(248.733)	(291.675)	(814.727)	(674.403)
Descontos concedidos e devoluções	(1.817.144)	(1.764.861)	(5.573.059)	(5.045.019)
Serviços	(1.381.459)	(1.185.254)	(4.175.678)	(3.660.622)
Mercadorias	(435.685)	(579.607)	(1.397.381)	(1.384.397)
Receita operacional líquida	10.943.415	10.649.812	32.296.982	31.506.160
Serviços	10.241.404	9.869.407	30.162.970	29.622.565
Mercadorias	702.011	780.405	2.134.012	1.883.595

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Receita operacional bruta	16.093.676	15.855.579	47.825.275	46.633.187
Serviços (1)	14.707.294	14.198.551	43.474.713	42.684.214
Mercadorias (2)	1.386.382	1.657.028	4.350.562	3.948.973
Deduções da receita operacional bruta	(5.060.425)	(5.064.041)	(15.293.604)	(14.699.535)
Tributos	(3.243.180)	(3.299.045)	(9.720.199)	(9.654.431)
Serviços	(2.994.251)	(3.006.087)	(8.904.282)	(8.977.991)
Mercadorias	(248.929)	(292.958)	(815.917)	(676.440)
Descontos concedidos e devoluções	(1.817.245)	(1.764.996)	(5.573.405)	(5.045.104)
Serviços	(1.381.588)	(1.185.400)	(4.176.060)	(3.660.777)
Mercadorias	(435.657)	(579.596)	(1.397.345)	(1.384.327)
Receita operacional líquida	11.033.251	10.791.538	32.531.671	31.933.652
Serviços	10.331.455	10.007.064	30.394.371	30.045.446
Mercadorias	701.796	784.474	2.137.300	1.888.206

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020.

25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Períodos de três meses findos em							
	30.09.21				30.09.20			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(190.133)	(659.794)	(143.139)	(993.066)	(168.576)	(636.963)	(87.784)	(893.323)
Serviços de terceiros	(2.072.504)	(1.429.092)	(254.284)	(3.755.880)	(1.821.497)	(1.493.125)	(258.079)	(3.572.701)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(294.794)	(16.675)	(11.382)	(322.851)	(343.878)	(15.005)	(10.080)	(368.963)
Impostos, taxas e contribuições	(421.884)	(7.621)	(12.322)	(441.827)	(451.087)	(7.524)	(9.989)	(468.600)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(370.654)	-	(370.654)	-	(372.260)	-	(372.260)
Depreciação e amortização	(2.470.537)	(375.577)	(202.945)	(3.049.059)	(2.193.001)	(374.009)	(214.504)	(2.781.514)
Custo das mercadorias vendidas	(673.735)	-	-	(673.735)	(821.614)	-	-	(821.614)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(25.269)	(35.123)	(8.994)	(69.386)	(27.029)	(26.052)	(8.063)	(61.144)
Total	(6.148.856)	(2.894.536)	(633.066)	(9.676.458)	(5.826.682)	(2.924.938)	(588.499)	(9.340.119)

Notas Explicativas

Controladora								
Períodos de nove meses findos em								
	30.09.21				30.09.20			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(550.570)	(1.975.481)	(404.296)	(2.930.347)	(539.814)	(1.906.025)	(292.024)	(2.737.863)
Serviços de terceiros	(5.877.090)	(4.401.153)	(744.896)	(11.023.139)	(5.281.855)	(4.447.012)	(786.842)	(10.515.709)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(868.341)	(46.769)	(30.915)	(946.025)	(1.021.776)	(44.015)	(33.199)	(1.098.990)
Impostos, taxas e contribuições	(1.267.541)	(21.171)	(39.598)	(1.328.310)	(1.261.979)	(24.593)	(31.751)	(1.318.323)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.103.742)	-	(1.103.742)	-	(1.349.588)	-	(1.349.588)
Depreciação e amortização	(7.202.526)	(1.130.550)	(630.651)	(8.963.727)	(6.544.190)	(1.115.701)	(640.803)	(8.300.694)
Custo das mercadorias vendidas	(2.157.634)	-	-	(2.157.634)	(1.938.091)	-	-	(1.938.091)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(56.913)	(115.515)	(20.523)	(192.951)	(55.491)	(86.442)	(41.590)	(183.523)
Total	(17.980.615)	(8.794.381)	(1.870.879)	(28.645.875)	(16.643.196)	(8.973.376)	(1.826.209)	(27.442.781)

Consolidado								
Períodos de três meses findos em								
	30.09.21				30.09.20			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(224.640)	(662.521)	(147.828)	(1.034.989)	(193.642)	(640.076)	(92.440)	(926.158)
Serviços de terceiros	(2.078.564)	(1.428.712)	(261.105)	(3.768.381)	(1.822.924)	(1.493.867)	(260.348)	(3.577.139)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(295.052)	(16.307)	(11.760)	(323.119)	(345.114)	(14.825)	(10.646)	(370.585)
Impostos, taxas e contribuições	(418.107)	(7.621)	(12.441)	(438.169)	(449.306)	(7.524)	(10.464)	(467.294)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(369.692)	-	(369.692)	-	(375.348)	-	(375.348)
Depreciação e amortização	(2.471.428)	(375.672)	(206.261)	(3.053.361)	(2.193.336)	(374.186)	(215.518)	(2.783.040)
Custo das mercadorias vendidas	(674.761)	-	-	(674.761)	(826.083)	-	-	(826.083)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(26.969)	(35.415)	(9.071)	(71.455)	(27.837)	(26.056)	(8.250)	(62.143)
Total	(6.189.521)	(2.895.940)	(648.466)	(9.733.927)	(5.858.242)	(2.931.882)	(597.666)	(9.387.790)

Notas Explicativas

Consolidado								
	Períodos de nove meses findos em							
	30.09.21				30.09.20			
	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(635.143)	(1.986.296)	(419.237)	(3.040.676)	(602.194)	(1.916.545)	(312.047)	(2.830.786)
Serviços de terceiros	(5.885.522)	(4.396.113)	(757.407)	(11.039.042)	(5.294.411)	(4.448.702)	(793.968)	(10.537.081)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(869.986)	(44.742)	(32.840)	(947.568)	(1.027.047)	(43.042)	(34.619)	(1.104.708)
Impostos, taxas e contribuições	(1.275.252)	(21.171)	(39.997)	(1.336.420)	(1.278.769)	(24.593)	(33.058)	(1.336.420)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.113.326)	-	(1.113.326)	-	(1.360.741)	-	(1.360.741)
Depreciação e amortização (1)	(7.204.864)	(1.130.845)	(636.370)	(8.972.079)	(6.545.093)	(1.116.246)	(643.810)	(8.305.149)
Custo das mercadorias vendidas	(2.162.471)	-	-	(2.162.471)	(1.944.911)	-	-	(1.944.911)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(61.349)	(115.813)	(21.072)	(198.234)	(59.296)	(86.451)	(41.934)	(187.681)
Total	(18.094.587)	(8.808.306)	(1.906.923)	(28.809.816)	(16.751.721)	(8.996.320)	(1.859.436)	(27.607.477)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$2.018.407 e R\$1.570.789 para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

26) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Multas e despesas recuperadas (1)	171.949	263.709	2.020.919	717.772
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 19)	(85.311)	(153.896)	(935.010)	(564.930)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (2)	187.814	104.703	411.545	281.816
Resultado líquido na operação da FiBrasil, incluindo a baixa do ágio (nota 1.c)	416.577	-	416.577	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(208.372)	(72.064)	(524.587)	(95.161)
Total	482.657	142.452	1.389.444	339.497
Outras receitas operacionais	776.340	368.412	2.849.041	999.588
Outras despesas operacionais	(293.683)	(225.960)	(1.459.597)	(660.091)
Total	482.657	142.452	1.389.444	339.497

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Multas e despesas recuperadas (1)	172.293	264.442	2.021.626	720.097
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 19)				
(2)	(85.482)	(149.053)	(936.436)	(558.801)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	189.889	104.702	412.874	281.815
Resultado líquido na operação da FiBrasil, incluindo a baixa do ágio (nota 1.c)	416.577	-	416.577	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(215.752)	(85.004)	(534.065)	(142.590)
Total	477.525	135.087	1.380.576	300.521
Outras receitas operacionais	778.759	369.144	2.851.077	1.001.912
Outras despesas operacionais	(301.234)	(234.057)	(1.470.501)	(701.391)
Total	477.525	135.087	1.380.576	300.521

(1) Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, inclui os créditos fiscais, nos montantes de R\$1.607.008 e R\$435.698, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS.

(2) Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, incluem os efeitos da reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs de período não lançado (nota 19).

27) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	87.825	40.390	173.459	128.523
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	31.018	21.638	76.916	73.792
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	48.588	36.222	110.533	123.647
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	64.598	329.912	684.471	720.898
Outras receitas financeiras	421	4.793	968	89.282
Total	232.450	432.955	1.046.347	1.136.142
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente (nota 20)	(223.426)	(103.341)	(625.782)	(402.053)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(51.528)	(52.219)	(129.793)	(142.606)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(48.396)	(45.744)	(109.837)	(104.766)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(148.799)	(190.619)	(799.502)	(649.981)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(17.949)	(59.568)	(111.007)	(126.549)
Total	(490.098)	(451.491)	(1.775.921)	(1.425.955)
Resultado financeiro, líquido	(257.648)	(18.536)	(729.574)	(289.813)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	92.535	42.926	181.740	137.112
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	31.182	22.075	77.431	74.925
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	48.588	36.222	110.533	123.647
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	66.921	331.320	688.495	728.868
Outras receitas financeiras	458	4.799	1.059	89.310
Total	239.684	437.342	1.059.258	1.153.862
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente (nota 20)				
(2)	(223.442)	(103.359)	(625.858)	(402.104)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(51.528)	(52.219)	(129.793)	(142.606)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(48.654)	(43.176)	(110.799)	(102.393)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(151.940)	(195.187)	(806.715)	(664.844)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(18.511)	(59.911)	(112.410)	(127.784)
Total	(494.075)	(453.852)	(1.785.575)	(1.439.731)
Resultado financeiro, líquido	(254.391)	(16.510)	(726.317)	(285.869)

(1) Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, inclui a atualização monetária, nos montantes de R\$592.020 e R\$495.938, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS.

(2) Inclui os montantes consolidados de R\$589.591 e R\$297.004 para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente, referente à encargos de arrendamentos.

28) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**a) Transações e saldos com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e refere-se a:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.
- b) Serviços de TV digital contratados.
- c) Valores a serem ressarcidos para SP Telecomunicações Participações em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks.
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
- e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.

Notas Explicativas

- g) Operações com empresas do Grupo Telefônica referentes à compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência.
- h) Serviços de marketing.
- i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas.
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional.
- l) Reembolsos a serem pagos ou recebidos referentes a despesas e gastos diversos.
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.
- n) Serviço de suporte técnico em informática.
- o) Cost Sharing Agreement, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.
- p) Aluguel de prédios.
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de Roaming.
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-Learning*.
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.
- t) Investimento Social. A Fundação Telefônica utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.
- v) Plataforma *Adquira Sourcing*, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
- w) Mídia Digital, serviços de comercialização e exploração de Marketing Digital *in-store* e *outdoor*.
- x) Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil. A operação consiste na alienação de ativos de infraestrutura de propriedade da Companhia, em conjunto com a cessão dos contratos de compartilhamento, com posterior cessão de uso de espaço das referidas infraestruturas para a Companhia. Em decorrência da alienação da divisão de torres da Telxius Telecom, S.A. para a American Tower International, Inc., para as informações de 30 de setembro de 2021, os montantes relacionados ao ativo e passivo deixaram de serem apresentados como partes relacionadas e o montantes relacionados à demonstração de resultados estão sendo apresentados para o período de janeiro a maio de 2021.
- y) Valores atualizados monetariamente a serem recebidos pela Companhia em decorrência da alienação de participação societária na Fibrasil (nota 1.c).
- z) Serviço de consultoria de construção de rede de fibra ótica.
- aa) Valores a serem recebidos pela CloudCo Brasil em decorrência do compromisso de capitalização pela TC&CT em até 18 meses (nota 1.c).

Conforme descrito na nota 30, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

Notas Explicativas

A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

		Balanço Patrimonial – Ativo					
		30.09.21			31.12.20		
Empresas	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	-	11	9.569	-	8	9.876
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	-	-	26.967	-	-	19.188
Telefônica	l)	-	-	4.813	-	-	4.796
		-	11	41.349	-	8	33.860
Outras empresas do grupo							
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / l) / p)	-	2.624	109	-	3.113	221
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	341	-	-	330	-
Telefônica Venezuelana	k) / l)	-	7.956	2.196	-	6.852	2.196
Telefônica Digital España	g)	-	113	-	-	1.151	-
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	-	-	70	-	8.919	62
Telefônica International Wholesale Services II, S.L.	a) / j) / k)	-	28.543	-	-	54.249	-
Telefônica Serviços de Ensino	a) / d)	-	73	6	-	130	24
Telefônica Moviles Argentina	j) / k)	-	6.100	-	-	5.883	-
Telefônica Moviles España	k)	-	-	-	-	1.783	-
Telefônica USA	j)	-	986	-	-	4.126	-
Telfisa Global BV	q)	61.398	-	-	47.313	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l)	-	5.195	29.684	-	4.624	223
Telxius Torres Brasil	a) d) / x) / p)	-	-	-	-	960	9.164
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	g) / h) / n)	-	4.166	-	-	5.617	-
Telefônica Cyber Tech Brasil	a) / d) / j) / p)	-	412	6.818	-	439	23.416
T. IoT Big Data Tech ESP	a)	-	2.909	-	-	497	-
Telefônica Infra, S.L.U.	y)	-	-	440.345	-	-	-
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	p) / l) / z)	-	18.189	44.131	-	-	-
Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d) / p)	-	17.558	3	-	28	48
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L.	aa)	-	-	48.449	-	-	-
Outras		-	4.003	4.112	-	6.640	3.621
		61.398	99.168	575.923	47.313	105.341	38.975
Total		61.398	99.179	617.272	47.313	105.349	72.835
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		61.398	-	-	47.313	-	-
Contas a receber (nota 5)		-	99.179	-	-	105.349	-
Outros ativos (nota 11)		-	-	297.820	-	-	72.379
Ativo não circulante							
Outros ativos (nota 11)		-	-	319.452	-	-	456

Notas Explicativas

		Balanço Patrimonial - Passivo			
		30.09.21		31.12.20	
	Natureza da transação		Outros passivos e arrendamentos		Outros passivos e arrendamentos
Empresas		Fornecedores		Fornecedores	
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	c)	-	26.551	-	27.599
Telefónica Latinoamerica Holding	l)	2.485	-	-	-
Telefónica	l) / m)	4.176	98.024	8.274	673
		6.661	124.575	8.274	28.272
Outras empresas do grupo					
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	-	-	5.660	-
Telefónica International Wholesale Services Brasil	f) / l)	31.752	318	52.161	318
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	-	769	-
Telefónica Venezolana	k)	6.048	-	6.038	-
Telefónica Compras Electrónica	v)	25.674	-	32.187	-
Telefónica Digital España	o)	81.714	-	115.899	-
Telefónica Factoring do Brasil	s)	-	1.194	-	1.551
Telefónica Global Technology	e)	48.691	-	30.535	-
Telefónica International Wholesale Services II, S.L.	f) / k)	36.918	-	80.254	-
Telefónica Serviços de Ensino	r)	4.089	-	4.480	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	1.183	-	757	-
Telefónica Moviles España	k)	-	-	1.283	-
Telefónica USA	f)	32.180	281	12.688	269
Telxius Cable Brasil	f) / l)	40.467	1.572	18.937	1.572
Telxius Torres Brasil	l) / x)	-	-	74.655	1.393.898
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	h)	5.125	-	5.231	-
Telefónica Cyber Tech Brasil	n) / j)	19.812	-	15.131	-
Companhia AIX Participações	u)	2.238	79.590	-	78.236
T. IoT Big Data Tech Esp	o)	20.511	-	4.633	-
T. Cybercloud Tech Esp	o)	12.830	-	1.737	-
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	f)	30.945	-	-	-
Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil	w)	2.052	-	4.058	-
Outras		13.120	227	13.972	223
		415.349	83.182	481.065	1.476.067
Total		422.010	207.757	489.339	1.504.339
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 16)		422.010	-	489.339	-
Arrendamentos (nota 20)		-	22.966	-	346.291
Outros passivos (nota 22)		-	127.568	-	33.244
Passivo não circulante					
Arrendamentos (nota 20)		-	56.624	-	1.124.217
Outros passivos (nota 22)		-	599	-	587

Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados							
Período de nove meses findo em							
		30.09.21			30.09.20		
		Receita	Receitas	Resultado	Receita	Receitas	Resultado
		operacional	(custos, despesas e outras despesas) operacionais	financeiro	operacional	(custos, despesas e outras despesas) operacionais	financeiro
Empresas	Natureza da transação						
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	9	421	-	7	419	-
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	-	5.735	(441)	-	15.089	8.464
Telefônica	l) / m) / e)	-	(310.822)	2.099	-	(303.387)	(24.860)
		9	(304.666)	1.658	7	(287.879)	(16.396)
Outras empresas do grupo							
Fundação Telefônica	l) / t)	-	(9.708)	-	-	(10.000)	-
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	4.821	(81.898)	-	3.839	(74.240)	-
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	-	(6.696)	(105)	-	(21.583)	(585)
Telefônica Serviços de Ensino T.O2 Germany GMBH CO. OHG	a) / d) / r)	281	(18.260)	-	776	(19.546)	-
	k)	19	(150)	-	39	3.672	267
Telefônica Venezuelana	k)	612	(11)	492	-	15	668
Telefônica Compras Electrónica	v)	-	(23.140)	-	-	(22.068)	-
Telefônica Digital España	o)	-	(116.189)	(3.378)	-	(109.189)	(33.490)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	-	(1.704)	(1.208)	6.648	186	(1.186)
Telefônica Global Technology	e)	-	(61.178)	585	-	(55.495)	(7.425)
Telefônica International Wholesale Services II, S.L.	a) / f) / j) / k)	41.464	(45.997)	(750)	44.392	(67.688)	9.879
Telefônica Moviles Argentina	j) / k)	54	(341)	39	2.206	1.532	282
Telefônica Moviles España	k)	544	(314)	(163)	321	1.088	1
Telefônica USA	f) / j)	343	(17.263)	18	68	(14.305)	(217)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l)	39.905	(173.827)	(4.236)	9.105	(260.969)	(31.914)
Telxius Torres Brasil	a) / d) / x) / p)	4.114	(2.534)	(43.205)	5.954	3.760	(31.755)
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	n) / h)	3.790	(2.680)	(60)	847	(3.468)	289
Telefônica Cyber Tech Brasil	a) / d) / j) / n) / p)	3.066	(75.390)	-	-	-	-
Companhia AIX Participações	a) / u)	14	-	(2.011)	14	-	-
T. IoT Big Data Tech Esp	a) / o)	-	(53.235)	(344)	-	-	-
T. Cybercloud Tech Esp	o)	-	(14.785)	(206)	-	-	-
Telefônica Infra, S.L.U.	z)	-	-	5.765	-	-	-
FIBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	p) / l) / f) / z)	18.401	(16.454)	359	-	-	-
Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d) / p) / w)	17.447	(2.393)	-	216	(4.540)	-
Outras		(26)	(5.661)	840	1.314	(2.104)	463
		134.849	(729.808)	(47.568)	75.739	(654.942)	(94.723)
Total		134.858	(1.034.474)	(45.910)	75.746	(942.821)	(111.119)

Notas Explicativas

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foi de R\$22.465 e R\$21.117, respectivamente. Destes montantes, R\$14.202 (R\$13.034 em 30 de setembro de 2020) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$8.263 (R\$8.083 em 30 de setembro de 2020) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

Os detalhes desses planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 29) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os principais planos em vigor em 30 de setembro de 2021 eram:

- Talent for the Future Share Plan ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 132 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 102.000 ações da Telefônica.

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 153 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 122.800 ações da Telefônica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 196 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 336.000 ações da Telefônica.

- Performance Share Plan ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 78 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 796.207 ações da Telefônica.

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 90 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 531.100 ações da Telefônica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 97 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.859.189 ações da Telefônica.

- Plano Global de Direitos sobre Ações da Telefônica: Global Employee Share Plan ("GESP")

Em 31 de julho de 2021 o ciclo do *Global Employee Share Plan* ("GESP") foi finalizado, com a entrega das ações em 4 de agosto de 2021 aos empregados que cumpriram as condições estabelecidas pelo plano.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R\$12.711 e R\$13.575 para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados do passivo dos planos mencionados acima eram de R\$97.250 e R\$86.296, respectivamente, incluindo tributos.

30) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 30) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A seguir, apresentamos a movimentação e saldos consolidados dos planos superavitários e deficitários:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.20	165.062	(954.581)	(789.519)
Custo do serviço corrente	(1.385)	(16.274)	(17.659)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	8.974	(56.504)	(47.530)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	892	16.981	17.873
Distribuição de reservas	(67.509)	-	(67.509)
Saldos em 30.09.21	106.034	(1.010.378)	(904.344)
Em 31.12.20			
Ativo circulante	82.935	-	82.935
Ativo não circulante	82.127	-	82.127
Passivo circulante	-	(22.155)	(22.155)
Passivo não circulante	-	(932.426)	(932.426)
Em 30.09.21			
Ativo circulante	95.526	-	95.526
Ativo não circulante	10.508	-	10.508
Passivo circulante	-	(22.155)	(22.155)
Passivo não circulante	-	(988.223)	(988.223)

Notas Explicativas

31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Consolidado				
Descrição	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	30.09.21	31.12.20	Valor a receber (a pagar)	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	315.011	411.650	56.463	69.416
Moeda estrangeira	272.689	316.322	3.377	1.265
US\$ (1)	127.805	97.753	3.061	306
EUR (1)	72.608	91.863	202	888
NDF US\$ (3)	72.276	126.706	114	71
Taxa pós	-	44.560	-	127
CDI (1)	-	44.560	-	127
Índices de inflação	42.322	50.768	53.086	68.024
IPCA (2)	42.322	50.768	53.086	68.024
Ponta Passiva	(315.011)	(411.650)	(69.094)	(74.980)
Taxa pós	(253.376)	(240.384)	(67.690)	(67.609)
CDI (1) (2)	(253.376)	(240.384)	(67.690)	(67.609)
Taxa pré	(72.276)	(126.706)	(1.160)	(6.662)
NDF US\$ (3)	(72.276)	(126.706)	(1.160)	(6.662)
Moeda estrangeira	10.641	(44.560)	(244)	(709)
US\$ (1)	-	(44.560)	-	(709)
EUR (1)	10.641	-	(244)	-
Ponta ativa			56.463	69.416
Circulante			9.294	5.902
Não Circulante			47.169	63.514
Ponta passiva			(69.094)	(74.980)
Circulante			(1.321)	(8.864)
Não Circulante			(67.773)	(66.116)
Valores a pagar, líquidos			(12.631)	(5.564)

- (1) Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$72.962) e (dólar e CDI x dólar) (R\$131.645) – operações de swap contratadas com vencimentos até 21 de OUTUBRO de 2021, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$73.576 em euro e libra, e de R\$133.637 em dólar).
- (2) Swap IPCA x CDI (R\$222.742) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$222.742).
- (3) NDF US\$ x R\$ (R\$97.989) – operações a termo contratadas com vencimentos até 27 de janeiro de 2022, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R\$97.989 em dólar).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 30 de setembro de 2021:

Notas Explicativas

Consolidado							
	Vencimento em						Valor a receber (pagar) em 30.09.21
	1 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	48 a 60 meses	A partir de 61 meses	
Contrato de swap							
Moeda Estrangeira x CDI	3.263	-	-	-	-	-	3.263
CDI x Moeda Estrangeira	(244)	-	-	-	-	-	(244)
IPCA x CDI	6.000	5.518	4.882	4.392	3.925	(39.321)	(14.604)
NDF US\$ x Pré	(1.046)	-	-	-	-	-	(1.046)
Total	7.973	5.518	4.882	4.392	3.925	(39.321)	(12.631)

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados negativos de R\$19.260 e R\$18.959, respectivamente (nota 27).

a.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

Operação	Fatores de Risco	Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	72.962	91.203	109.444
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(95.822)	(119.778)	(143.733)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	22.246	27.808	33.369
Exposição Líquida		(614)	(767)	(920)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	131.645	164.556	197.468
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(356.993)	(446.241)	(535.490)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	223.356	279.196	335.035
Exposição Líquida		(1.992)	(2.489)	(2.987)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	222.742	205.460	190.349
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(222.742)	(205.460)	(190.349)
Exposição Líquida		-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	97.989	122.486	146.983
OPex em US\$	OPex (Risco aumento US\$)	(97.989)	(122.486)	(146.983)
Exposição Líquida		-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	213.279	195.995	180.881
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(180.401)	(180.401)	(180.401)
Exposição líquida		32.878	15.594	480
Exposição líquida total em cada cenário		30.272	12.338	(3.427)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(17.934)	(33.699)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 30 de setembro de 2021 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	5,4394	6,7993	8,1591
EUR	6,2964	7,8705	9,4446
IPCA	9,68%	12,10%	14,52%
IGPM	24,86%	31,08%	37,29%
CDI	6,15%	7,69%	9,23%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2021, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

b) Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos períodos demonstrados nos quadros a seguir, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados anteriormente.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

			Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		8.285.860	5.517.354	8.285.860	5.517.354
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		39.864	-	39.864	-
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		7.946.537	8.174.784	7.946.537	8.174.784
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	9.294	5.902	9.294	5.902
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		40.147	46.051	40.147	46.051
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		444.663	379.898	444.663	379.898
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	47.169	63.514	47.169	63.514
Total de ativos financeiros			16.813.534	14.187.503	16.813.534	14.187.503
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.420.589	6.636.448	7.420.589	6.636.448
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		365.509	375.761	365.509	375.777
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.035.358	2.260.399	3.035.358	2.260.399
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.008.067	1.044.668	1.009.059	1.030.528
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.321	8.864	1.321	8.864
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		17	51	15	49
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.296.056	8.555.044	8.296.056	8.555.044
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		-	999.908	-	986.662
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	67.773	66.116	67.773	66.116
Total de passivos financeiros			20.194.690	19.947.259	20.195.680	19.919.887

Notas Explicativas

			Consolidado			
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		8.687.948	5.762.081	8.687.948	5.762.081
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		39.864	-	39.864	-
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		7.971.922	8.182.667	7.971.922	8.182.667
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	9.294	5.902	9.294	5.902
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	Custo amortizado		40.341	46.280	40.341	46.280
Contas a receber (nota 5)	Custo amortizado		444.663	379.898	444.663	379.898
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	47.169	63.514	47.169	63.514
Total de ativos financeiros			17.241.201	14.440.342	17.241.201	14.440.342
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.445.748	6.613.004	7.445.748	6.613.004
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		365.509	375.761	365.509	375.777
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.036.743	2.262.043	3.036.743	2.262.043
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.008.067	1.044.668	1.009.059	1.030.528
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.321	8.864	1.321	8.864
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	Custo amortizado		17	51	15	49
Arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.297.227	8.556.735	8.297.227	8.556.735
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		-	999.908	-	986.662
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	67.773	66.116	67.773	66.116
Total de passivos financeiros			20.222.405	19.927.150	20.223.395	19.899.778

c) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em FIDC e contas a receber de direitos creditórios (FIDC Vivo Money).

Notas Explicativas

d) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$19.128 mil, €11.608 mil e £66 mil a pagar em 30 de setembro de 2021 e US\$3.845 mil, €14.508 mil e £66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2020, para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$8.607.121 e R\$5.570.106 em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

d.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

Notas Explicativas

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

d.5) Riscos ambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, remediações de áreas contaminadas, ajustamento de conduta, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações, além de danos à nossa reputação frente ao mercado. A constatação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), cabendo ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao meio ambiente.

d.6) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; concorrência, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; penalidades e outras sanções relacionadas a interconexão e acordos; e obrigações ligadas à universalização dos serviços.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações e uma concessão do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessões é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e a manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações e concessões para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações, licenças e concessões da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Notas Explicativas

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados onde um participante detém poder de mercado significativamente distinto sobre outros concorrentes. A adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Com relação a tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

d.7) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 30 de setembro de 2021, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

d.8) Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu programa de *compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança que garante uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

Notas Explicativas

d.9) Potencial impacto da pandemia do Coronavírus (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus ("COVID-19"), pandemia que impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de suprimentos globais, criou significativa volatilidade e perturbação nos mercados financeiros e resultou em uma desaceleração econômica. O surto e a rápida disseminação da COVID-19 resultaram em uma redução substancial das atividades comerciais em todo o mundo e estão causando o enfraquecimento das condições econômicas, tanto no Brasil quanto no exterior.

Como parte dos esforços para conter a disseminação da COVID-19, durante um período, os governos federais, estaduais e municipais impuseram várias restrições à condução de negócios e viagens. Restrições governamentais, como pedidos de estadia em casa, quarentena e absenteísmo dos trabalhadores, levaram a um número significativo de fechamentos e desacelerações de negócios. Tais restrições impactaram de forma adversa a Companhia e alguns de seus clientes e fornecedores, os quais operaram durante um período com uma fração de suas capacidades ou paralisaram totalmente suas operações, o que prejudicou as vendas da Companhia.

À medida que os eventos em torno da pandemia da COVID-19 continuaram a ocorrer durante o ano de 2020, estendendo-se até hoje, o foco principal da Companhia foi e continuará sendo a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores, clientes e fornecedores. Para continuar suas operações, conforme permitido pelos respectivos governos federais, estaduais e municipais, a Companhia adotou inúmeras medidas de segurança, a fim de proteger seus colaboradores, clientes e fornecedores. Essas medidas incluem, entre outras, a adesão a protocolos de distanciamento social, permitindo que a maioria de seus colaboradores trabalhe em casa, suspendendo viagens não essenciais, desinfetando instalações e espaços de trabalho extensiva e frequentemente, suspendendo visitantes não essenciais e exigindo a utilização de máscaras faciais para os colaboradores que precisam estar presentes nas instalações da Companhia. A Companhia espera continuar com essas medidas de segurança e poderá tomar outras ações ou adaptar as suas políticas, conforme as exigências e orientações das autoridades governamentais ou de acordo com o melhor interesse de seus colaboradores, clientes e fornecedores.

As medidas impostas pelos governos federais, estaduais e municipais, resultando em uma redução substancial das atividades comerciais, geralmente excluía certas empresas e serviços essenciais, a exemplo dos serviços de telecomunicações. Isso permitiu à Companhia continuar prestando seus principais serviços de forma ininterrupta.

Como resultado da desaceleração econômica global causada pela pandemia da COVID-19, a Companhia experimentou uma demanda reduzida e, por consequência, alguns impactos nos negócios e resultados. O prolongamento dessa situação pode ter um efeito adverso significativo nas economias e nos mercados financeiros globais, bem como nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Os possíveis efeitos nos negócios da Companhia dependerão da intensidade e extensão da pandemia da COVID-19, em que pese a campanha de vacinação no Brasil, iniciada em janeiro de 2021.

Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de prever com precisão os impactos no negócio, pois dependerá da evolução dos seguintes fatores:

- A duração e o escopo da pandemia;
- Ações governamentais, empresariais e individuais que foram e continuam sendo tomadas em resposta à pandemia;
- O impacto da pandemia na atividade econômica e ações tomadas em resposta;
- O tempo que levará para a atividade econômica retornar aos níveis anteriores;
- O efeito sobre os clientes da Companhia e a demanda por seus produtos e serviços;
- Capacidade da Companhia de continuar vendendo seus produtos e serviços, inclusive com pessoas que trabalham em casa;
- Capacidade dos clientes da Companhia de pagar por seus produtos e serviços; e
- Quaisquer fechamentos das instalações da Companhia e das instalações de seus clientes e fornecedores.

Dentre os principais impactos decorrentes da COVID-19 em 2021, destacamos:

- Redução das atividades comerciais em nossas lojas devido fechamento temporário no período, já retornado à atividade normal; e

Notas Explicativas

- A Companhia manteve a seus clientes a possibilidade de se efetuar parcelamentos com pagamentos em até 10 parcelas, livres de multas e juros.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações e continuamos avaliando e acompanhando as respostas governamentais e desempenho econômico e os respectivos impactos em nossa operação.

32) COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia e suas controladas possuem compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de setembro de 2021, os valores nominais totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
1 a 12 meses	1.234.435
13 a 24 meses	1.188.434
25 a 36 meses	1.014.817
37 a 48 meses	606.639
49 a 60 meses	244.569
A partir de 61 meses	730.716
Total	5.019.610

33) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020.

	Consolidado						
		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
	Saldos em 31.12.20	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 30.09.21
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.865.998	(2.185.888)	-	-	-	3.178.385	4.858.495
Empréstimos e financiamentos	375.812	(211.224)	(7.582)	6.601	201.919	-	365.526
Arrendamentos	10.818.778	(1.565.905)	(570.301)	388.782	2.262.616	-	11.333.970
Debêntures	2.044.576	(1.028.312)	(38.669)	30.472	-	-	1.008.067
Instrumentos financeiros derivativos	5.564	(10.952)	-	18.019	-	-	12.631
Total	17.110.728	(5.002.281)	(616.552)	443.874	2.464.535	3.178.385	17.578.689

Notas Explicativas

	Consolidado							
		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.19	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Custos e despesas incorridas	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 30.09.20
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.587.417	(3.120.150)	-	-	-	-	3.839.384	4.306.651
Empréstimos e financiamentos	1.045.124	(796.393)	(40.374)	25.599	-	224.976	-	458.932
Arrendamentos	9.191.151	(1.465.120)	(312.863)	240.212	-	1.479.368	-	9.132.748
Debêntures	3.104.350	(25.583)	(111.435)	73.996	-	-	-	3.041.328
Instrumentos financeiros derivativos	(16.030)	13.699	-	20.501	-	-	-	18.170
Contraprestação contingente	484.048	(344.217)	(105.678)	6.555	(40.708)	-	-	-
Total	17.396.060	(5.737.764)	(570.350)	366.863	(40.708)	1.704.344	3.839.384	16.957.829

b) Principais transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

A seguir, apresentamos as principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos e ingressos de financiamentos com fornecedores.

	Consolidado	
	30.09.21	30.09.20
Ingressos de financiamentos com fornecedores	201.919	224.976
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos	2.262.616	1.479.368
Total	2.464.535	1.704.344

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de outubro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, e baseado nas discussões subsequentes, concorda que tais ITRs, refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 22 de Outubro de 2021

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado, declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao terceiro trimestre encerrado em 30 de setembro de 2021, não havendo qualquer discordância com relação à tais ITRs.

São Paulo, 22 de Outubro de 2021.

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores